

## ÁFRICA E AMÉRICA LATINA E OS DESAFIOS DA AGENDA 2030

Mohammed Nadir\*

### RESUMO

Um dos objetivos deste artigo é analisar de forma comparada o contexto da adesão de África e América latina a um dos mais promissores programas que as Nações Unidas arquitetaram e concretizaram, alcançando um consenso mundial raramente visto. Nesse sentido procurei num primeiro instante desenhar a gênese das atuais conquistas ambientais e bem assim uma análise crítica ao projeto de desenvolvimento capitalista que sempre desprezou a natureza e a Mãe Terra. Em segundo momento, estudei o modo como os dois blocos regionais África e América Latina se adaptaram e se posicionaram perante o programa da Agenda 2030 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Ficou evidente que a expertise e a trajetória da América Latina para com natureza conduziram ao reconhecer constitucionalmente os direitos da natureza. Enquanto África, e apesar de ser um continente sofrido pelas guerras, pobreza e a degradação e os conflitos ambientais (pela água no caso do Nilo e dos recursos naturais) demonstrou uma maturidade política e uma habilidade diplomático ambiental que lhe permitiu comunicar de forma unida e de uma única voz na defesa de seus interesses continentais. Assim a análise da Common African Position e da Agenda africana do desenvolvimento sustentável 2063, mostrou um rosto novo de uma África que procura resgatar o legado pan-africanista para um promissor renascimento. Por fim tentei averiguar e responder até que medida a Covid 19 teve e tem um impacto sobre as duas Agendas: a de 2030 e 2063.

**PALAVRAS-CHAVES:** Agenda 2030. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. América Latina. África e União Africana. Agenda 2063

---

\* Centro de História da Sociedade e da Cultura (CHSC), Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Portugal PPGD- Universidade Federal de Santa Maria, RS-Brasil.

## AFRICA AND LATIN AMERICA AND THE CHALLENGES OF THE 2030 AGENDA

### ABSTRACT

One of the objectives of this article is to analyse in a comparative way the context of the accession of Africa and Latin America to that of the most promising programs that the United Nations designed and implemented, reaching a global consensus rarely seen. In this sense, I tried at first to draw the genesis of the current environmental conquests and a critical analysis of the capitalist development project that always despised nature and Mother Earth. Secondly, I studied how the two regional blocs, Africa, and Latin America, adapted, and positioned themselves before the Agenda 2030 program and the 17 Sustainable Development Goals. It became evident that Latin America's expertise and trajectory towards nature led to constitutionally recognizing the rights of nature. While Africa, and despite being a continent suffered by wars, poverty and degradation and environmental conflicts (over water in the case of the Nile and natural resources), it demonstrated a political maturity and an environmental diplomatic skill that allowed it to communicate in a united and with a single voice in defence of their continental interests. Thus, the analysis of the Common African Position and the African Sustainable Development Agenda 2063, proved a new face for an Africa that seeks to rescue the Pan-Africanist legacy for a promising renaissance. Finally, we tried to find out and respond to what extent Covid 19 had and has an impact on the two agendas: the 2030 and 2063 agendas.

**KEYWORDS:** Agenda 2030. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. América Latina. África e União Africana. Agenda 2063

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo focará sobretudo o estudo e análise do continente africano e Latino Americano no âmbito da Agenda 2030, observará as mutações dos dois blocos regionais em termos de desenvolvimento sustentável (DS) bem como as aquisições e obstáculos conseguidos e/ou confrontados até o momento para um verdadeiro empoderamento e emancipação deste nosso Sul Global.

As questões que se colocam são as seguintes: Como é o estado geral do meio ambiente na África e na América Latina e quais as metas e lacunas e/ou dificuldades, que traz a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável?

Eis a linha mestra de nosso artigo a qual procuraremos problematizar e discutir. Nossa metodologia seguirá uma abordagem sistêmica analítica, assim como um referencial teórico de vários autores consagrados tanto latino americanos como africanos. Assim, o artigo será dividido em três partes, mas que são interligadas entre si, tais como o longo caminho diplomático ambiental que levou até a Agenda 2030 do desenvolvimento sustentável (ADS); o conteúdo e os objetivos da ADS; África e América Latina e as metas da Agenda 2030. Por fim, o que significa a Agenda 2063?

## 2 A GÊNESE DA AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A resposta conduz nos inevitavelmente a análise do caminho trilhado pela diplomacia ambiental ao longo do século XX e XXI<sup>1</sup>, que não foi linear nem pacífico entre os atores estatais e especialmente entre os países dum Norte geneticamente hegemônico e dum Sul traumatizado pelos ciclos do saque e rapina e por uma governança pouco ou nada democrática e transparente. O fracasso da ciência e da dita modernidade e pós-modernidade, confirma as conclusões de uma plêiade de autores tais como -o sociólogo brasileiro- Laymert Garcia Santos, que baseando nas interpretações de Hugh Lacey, demonstre porque o valor do controle, pilar da teoria e práticas científicas, bem como as estratégias materialistas de restrição e *seleção* se tornaram tão controversos visto que não existe um consenso sobre a sua supremacia<sup>2</sup>. Por conseguinte a ideia segundo a qual o desenvolvimento da ciência e da técnica como opções de domar a natureza é um *non-sense*<sup>3</sup>. Essa ideia corroborada de forma clara, pelo sociólogo indiano Shiv Visvanathan, na medida que ele considera a

---

<sup>1</sup> Sobre diplomacia ambiental veja-se NADIR, M.; SIQUEIRA TYBUSCH, J.; ARAUJO, L. E. A diplomacia ambiental no sul global: um olhar sobre África e América Latina. **Revista Justiça do Direito**, v. 34, n. 1, p. 314-363, 30 abr. 2020.

<sup>2</sup> G. dos Santos, Laymert., «Quando o conhecimento tecnocientífico se torna predação high-tech: recursos genéticos e conhecimento tradicional no Brasil» in Boaventura S. Santos, **Semear outras soluções. Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**, Rio de Janeiro, 2005, pp. 127-140.

<sup>3</sup> Lacey Hugh, **Is Science Value Free?: Values and Scientific Understanding**, ed. Publisher: Routledge, London, 1999.

ciência nada mais nada menos do que uma forma de violência praticada por um Estado Laboratorial, cujo alicerces foi arquitetado pelo trio Bacon, Descartes e Hobbes<sup>4</sup>. Algumas ideias do autor, que é um crítico pós-modernista da ciência, são fortes e pouco usadas na literatura ambiental, uma vez que censura a “Agenda do desenvolvimento” da moderna ciência e de forma explícita identifica o modernismo, o desenvolvimento e a ciência, como um projeto interligado e representativo das forças genocidas no mundo.

Mais, o crítico indiano, afirma que a ciência e a política são um binómio, assim para localizar a ciência há forçosamente que descentralizar a governança, isto é, limitar o poder de decisão dos políticos e abrir dialogo com os Povos das florestas que tem a legitimidade histórica, jurídica e epistemológica para opinar sobre o caminho a seguir. Por isso que ele apela a um movimento para direitos civis que marcha contra o “terrorismo do desenvolvimento” (*development as terrorism*)<sup>5</sup>. Na mesma obra, Visvanathan continua fustigando a técnica e seu desprezo pela biodiversidade assim como a revolução verde que foi fatal para desclassificar os saberes das culturas tradicionais. Ataca a transferência dos resíduos nucleares para África e terceiro mundo em geral e também os testes nucleares no pacífico condenando a vida de milhões de ilhéus<sup>6</sup>.

Desse modo, apenas continue, o anseio por uma cultura de vida em vez duma cultura da morte,<sup>7</sup> como um sonho para as gerações presentes e futuras. Nesses anos de pós- segunda guerra e ao longo da guerra fria em que o mundo esteve dividido e mortífero vindo o

---

<sup>4</sup> Visvanathan. Shiv apud Laymert, **ob-cit**, p. 138. As ideias de Visvanathan são bem elaboradas em duas obras chaves deste sociólogo a saber: **A Carnival for Science: Essays on Science, Technology and Development**, ed. Oxford University Press, 1997. Nessa obra o Visvanathan recorre a uma linguagem pouco soft na medida em que o desenvolvimento como terrorismo, da forma como critica cientistas e biólogos tais como Edward Wilson e sua obra **Biophilia**, ao afirmar que a natureza para E. Wilson é apenas um campo de pesquisa e de exploração pela ciência. Qualifica esses cientistas como pessoas que sofrem do chamado “stress cartesiano” ou “ansiedade cartesiana” segundo a qual tudo deve ser alvo da pesquisa científica. A Segunda obra de Visvanathan também segue o mesmo viés ao apontar a hegemonia e violência da ciência **Science, Hegemony and Violence: A Requiem for Modernity, 1990**.

<sup>5</sup> Visvanathan. Shiv, **A Carnival for Science...**, p.46.

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> Moscovici. Serge, **Natureza. Para pensar a ecologia**, Rio de Janeiro, 2007, p. 16.

número de guerras por fronteiras artificiais e recursos naturais e o poder que a mesma outorga, havia vozes nesse Sul enfraquecido como um *Homme Malade*, para achar meios e caminhos que permitem emancipar-se e desenvolver.

As narrativas a cerca da ideia de desenvolvimento foi ganhando força na literatura dos países africanos, latino americanos e asiáticos, como *via sacra* para o empoderamento e a independência nacional. Antes fosse, mas a história dessa caminhada nos anos 50 e 60 não valeu a salvação do suplício. Relendo Carlos Walter Porto Gonçalves, acha-se uma análise bem cirúrgica. Segundo o autor, esse período de pós-guerra está repleto de ambivalências em relação à ideia de desenvolvimento. É que enquanto se questionava criticamente no seu espaço natural (Europa e EUA), o desenvolvimento foi implantado nos países africanos e latino americanos. Bem podemos ilustrar isso com o exemplo de Jamal 'Abd al-Nasser do Egito (barragem de Aswan) e Nkrumah de Gana que viam nas grandes barragens hidroelétricas, a receita que dá entrada ao clube da modernidade<sup>8</sup>. O mesmo se pode dizer das barragens de Belmonte e Itaipu no Brasil e a grande barragem no Paraguai do qual resultou a eliminação dos índios Aché, sua música, sua terra, seu legado e língua tudo em nome do desenvolvimento e a *hidropolítica*. A isso Visvanathan recorre à obra e expressão do Richard Arens que escreveu um livro sobre o acontecido chamado *the genocide in Paraguay*<sup>9</sup>. A crítica à hidropolítica é no fundo uma crítica ao Estado moderno como se fosse apenas e só um projeto tecnológico. Para provar isso, o mesmo autor traça um cenário de morte e deslocação de milhares de camponeses (mais do que nas guerras sangrentas) que se tornaram refugiados por causa da hidropolítica notadamente em África e América Latina<sup>10</sup>. Perante isso não seria um exagero dizer que se trate dum etnocídio cultural em nome da civilização e da modernidade.

Eis o preço do desenvolvimento e do progresso como dizia Porto Gonçalves que não hesite em afirmar que o desenvolvimento na sua genética não passa do mais do mesmo, isto é, um projeto

---

<sup>8</sup> Visvanathan, **Ob-cit**, p. 40.

<sup>9</sup> Richard Arens, **The Genocide in Paraguay**, Philadelphia, 1976, p. 8.

<sup>10</sup> Visvanathan, **Ob.Cit**, p. 41; Eduard Goldsmith e N. Hildyard, **The social and environmental effects of large Dams**, Cornwall, 1984, p. 254.

civilizatório que nasce no berço do capitalismo liberal ocidental. Adiante o sociólogo aponta para um dos paradoxos constitutivos do mundo moderno-colonial na medida que a superação do atraso e da desigualdade só acontece ao sermos iguais no seguimento dum modelo económico e cultural inventado e emprestado do Ocidente. Essa colonização do pensamento leva e levou a uma corrida dum modelo civilizacional profundamente eurocêntrico e não autêntico. Por custa desse “plágio” se construíram grandes infraestruturas e abertas estradas enquanto desapareciam floras e faunas de modo irreversível<sup>11</sup>. África e América latina dois espaços que mais sofreram por causa desse desenvolvimentismo colonial e que apenas se agravou com a “sacra” globalização e sua “virada cultural e cibernética” parafraseando Catherine Waldby.

Isso leva-nos a reler duas obras marcantes em termos ambientais, a *Tragedy of the commons*<sup>12</sup> e *Lifeboat Ethics*<sup>13</sup>, ambos de cientista Garret Hardin, que partindo dessas metáforas ele quis demonstrar o conflito entre os interesses dos indivíduos (estado de natureza) e os bens comuns, por conseguinte acredita que a única solução reside numa fórmula hobbesiana que é a coerção. Afirma ainda que a moral e o humanismo não são substitutos à ciência. Nesse sentido ele não difere do resto dos biólogos que acham o altruísmo uma coisa patológica num contexto de sobrevivência. As críticas a teoria de Hardin, é que ele esqueceu ou faltou lhe um elemento decisivo que é a ideia de *communitas*. Nas comunidades tradicionais houve sempre uma relação harmoniosa entre o indivíduo e seu meio ambiente, não só por uma questão de gestão dos recursos, mas porque esses povos consideram a natureza como um ser com direitos e que deve ser protegido. Com essa atitude ética, os povos tradicionais sempre evitaram a dita tragédia dos comuns avançada por Hardin. Dito por outras palavras, o comum diz respeito a comunidade e não ao indivíduo o que obriga a ter uma consciência dos comuns para com o comum.

---

<sup>11</sup> Gonçalves, Carlos W. Porto, **A globalização da natureza e a natureza da globalização**, Rio de Janeiro, 2006, p. 61 e segs.

<sup>12</sup> Hardin. Garrette, “The Tragedy of the Commons”, in **The House We Live In**, ed. S.D. Blanford e John Rodenbeck, New York, 1971, pp. 245-248

<sup>13</sup> Idem., “Lifeboat Ethics” in **World Hunger and Moral Obligation**, New Jersey, 1977, pp. 12-21.

Visvanathan, continua explicando melhor o cerne do litígio, apontando as falhas da teoria *hardiana*, analisando que a ciência racionalista *hobesiana* adotada por Hardin, não consegue enxergar o sagrado, por conseguinte a ecologia se transforma em apenas uma ciência que pode ser gerida e não uma ideia cósmica do mundo. Nesse prisma, a tragédia dos comuns é nada mais nada menos do que a tragédia da racionalidade, da razão, da ciência<sup>14</sup> e duma visão do mundo que perdeu o sentido do sagrado.

Desse modo falhou em prever que tal ciência -racionalista, hegemónica e esquizofrênica-, se tornou a maior força destruidora e anti-ecológica atualmente<sup>15</sup>. O próprio inventor do demónio de Maxwell, (James Clerk Maxwell), o disse no remoto séc. XIX, que a ciência se tornou uma espécie de um guardião cognitivo (*cognitive gatekeeper*) que impede o retorno duma genuína visão ecológica do mundo. A segunda metáfora é a *ética do bote salva vidas* na qual Garrett Hardin, também discute o que é ético em momentos de aflição. Com efeito ele dá o exemplo do Leviatã que era comum, e de repente se tornou restrito aos demais. Cada nação rica simboliza o bote salva vidas, cheio de pessoas ricas enquanto no oceano turbulento navegam as nações mais pobres do mundo que querem entrar no bote salva vidas. A pergunta fatídica é a seguinte perante tal cenário angustiante o que deveriam fazer os passageiros do bote salva vidas?<sup>16</sup> Será que a ajuda para salvar essas pessoas é necessária? Deve Estados Unidos ajudar os povos e refugiados famintos pelo mundo fora? Será que o altruísmo é racional? O background dessas questões polémicas foi o livro controverso dos irmãos americanos, William e Paul Paddock, *famine 1975*<sup>17</sup> que alegaram que tendo Estados Unidos da América responsável pela produção da metade dos grãos no mundo, ela tinha o poder de decidir quem deve ser ou não salvo. A recomendação dos dois foi que EUA deve recorrer ao sistema de triagem em que os mais fracos e condenados devem ficar sem comida e ajuda, isto é, sacrificados.

Hardin, num darwinismo nu e cru, concordou com esse

---

<sup>14</sup> Visvanathan, **Ob.Cit.**, p.37.

<sup>15</sup> *Ibid.*

<sup>16</sup> Hardin Garrett, “The Lifeboat Ethics”, pp. 16-17.

<sup>17</sup> William e Paul Paddock, **Famine-1975! America’s decision: Who Will Survive?** Boston, 19967.

eugenismo, indo mais longe criticando o banco mundial contra a fome, por ajudarem tais países. Para Hardin, os pobres são irracionais, fúteis, procriem-se duma maneira rápida do que os ricos. Criticou a ajuda do banco mundial contra a fome às nações pobres como medida desnecessária<sup>18</sup> visto que aumentaria apenas os incapazes na sociedade o que seria um gasto a mais para os que compartilham o comum/recursos. Ele acha que o altruísmo é algo patológico, ideia essa reproduzida por outros socio-biologistas que acham que o altruísmo e amor universais conceitos que não fazem nenhuma diferença. Hardin continua na sua “análise” com um tom de sarcasmo atacando a própria fundação da Madre Teresa de Calcutá avaliando o seu trabalho como insignificante e não acrescenta nada a não ser ajudar as pessoas a morrer de forma digna<sup>19</sup>.

Todavia e no meio desses discursos ecológicos e anti-discurso, a questão ambiental foi fazendo seu caminho e continua caminhando. Assim a data de 1970 representa o auge da luta ambiental e o momento de esperança já que o fato consensual de reunir e debater os desafios ambientais era uma vitória para os ativistas e para a diplomacia ambiental que inaugurou essa trilha. A jornada ambiental encontra suas raízes nas tímidas e solidas pesquisas da década 60 e 70 que alertaram para a importância da questão ambiental. A obra «*Homem e Natureza*» de George Perkins e «*A este Último*» do britânico John Ruskin foram embriões de uma vaga de conscientização do valor do meio ambiente influenciaram governos e até o próprio Mahatma Ghandi e seu pacifismo foi influenciado pela obra de Ruskin.

Porém o modo de “*mal viver*”<sup>20</sup> praticado no ocidente desde a revolução industrial começou a dar sinais de esgotamento e foi essa mesma razão que provocou a incessante virada imperialista e colonial visando apropriar-se das riquezas e recursos dos países extra europeus

---

<sup>18</sup> Hardin, G, “The Lifeboat Ethics”, p. 17.

<sup>19</sup> Idem, *Promethean Ethics*, p.67.

<sup>20</sup> É uma expressão nossa para usar em contraponto com o conceito de *bem viver*. Neste caso o *mal viver* seria na nossa concepção o conjunto de distúrbios no modo de estar no mundo, no modo de nossa alimentação química e rápida, no nosso lazer cada vez contaminado e nossa deslocação que se tornou infernal tendo carro, metro ou trem, condicionamentos que pandemia Covid 19 vai repercutir na circulação de bens e seres humanos, nas fronteiras fechadas a cada surto, ao confinamento obrigatório, aos conflitos exacerbados por motivos políticos ou mesmo religiosas e civilizacionais. O nosso futuro será assaz sombrio não obstante toda nossa tecnologia.

tais como na África, América Latina e Ásia, processo esse que se mantém no tempo e no espaço Sul.

O desregulamento ambiental foi tão agressivo na Europa e no Ocidente durante as guerras mundiais o que levou a uma segunda e forte corrente ambientalista logo após fim da guerra, tais como por exemplo a formação das primeiras associações de defesa do ambiente. Mas uma das instâncias que marca esta virada ambiental foi a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN sigla inglesa), criada em 1948 altura que se preparava a criação da ONU, e que pela primeira vez juntou dezenas de países, cientistas, ativistas, ongs ambientais, etc...

Foi também nessa altura que pela primeira vez houve a resolução dum litígio ambiental que opunha Canada e EUA por causa de resíduos poluentes numa fábrica canadense no território norte americano, por um tribunal arbitral que determinou em 1941 segundo o direito internacional 1941 que nenhum país deve causar prejuízo ambiental em outro Estado ou propriedade. Esta decisão foi a semente que deu origem a todo arsenal normativo ambiental.

Com efeito e a medida que o mundo respirava o ar da não guerra, foi surgindo uma vaga de movimentos culturais que pregavam a liberdade, a paz no mundo e fraternidade. Esse ambiente não demorou que se esvaziou a medida que a guerra fria foi ardendo em territórios do terceiro mundo/Sul, houve dum lado o início dum novo ciclo de sistema mundo pós-colonial que não defere em nada do período colonial. Apenas houve mudança de papéis de exploração entre governos do terceiro mundo sem legitimidade, mas que eram protegidos pelo Norte democrático e livre. Esse casamento de interesses entre novos países independentes e antigos colonos foi a última machadada no corpo doente do Sul Global, na medida em que suas consequências ainda estão na pauta dos países do Sul Global, isto é, alcançar uma autêntica independência nacional e de soberania. Do oriente médio, passando por África e América Latina, constata-se um cenário de falhanço do projeto emancipatório do jugo colonial.

Além dessa contracultura, houve a chegada de novos pensadores ambientalistas tais como Rachel Carson que escreveu o *Silent Spring* (Primavera Silenciosa) obra dos anos 60 marcante no pensamento ambiental que influenciou outros pensadores posteriores. A tese de Carson é simples: a ciência não pode servir como arma de

destruição maciça contra a natureza. Essas contribuições foram a base de todo o avanço que sucedeu ulteriormente. Nesse âmbito, o trabalho encomendado pelo grupo de Roma (Think Tank composto por notáveis do mundo), *The Limits to Growth (Os Limites do Crescimento)*, se considera um marco na literatura ambiental. A chegada da década setenta (dois anos após o 68 francês), fortaleceu ainda mais a virada ambiental com a aparecimento de partidos políticos e várias entidades em defesa do ambiente, como a Greenpeace por exemplo. Por outro lado, a entrada na cena ambiental da Organização das Nações Unidas mudou radicalmente o percurso da militância ambiental. Foi assim que vários projetos ambientais foram implantados e várias conferências internacionais foram organizados. Entre essas iniciativas ambientais há o programa *O Homem e a Biosfera*, o Plano Vigia da Terra (Earthwatch) e o Programa das Nações Unidas para o meio ambiente e por fim a adoção da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, incluindo paisagens naturais cuja importância universal à lista do Patrimônio da Humanidade. Mas que mais mudou o rumo da defesa do meio ambiente a nível internacional foram as grandes conferências internacionais tais como o de Estocolmo em 1972 (primeira cimeira da terra) que não só juntou centenas de líderes, de países e representantes da sociedade civil, mas por ter semeado o terreno ambiental para o futuro grande tema que é o desenvolvimento sustentável, isto é, uma relação equilibrada entre a natureza e o homem.

Seguiram outros encontros internacionais tais como a Rio-92. Até lá houve outras iniciativas que tiveram seu peso transformador. Referimos ao Relatório Brundtland e o documento intitulado *Nosso Futuro Comum (Our Common Future)*<sup>21</sup> em 1987 que oficializou e conceptualizou o termo desenvolvimento sustentável, ao alertar para o modo de desenvolvimento industrial feroz que pode pôr em causa os ecossistemas assim como as futuras gerações<sup>22</sup>. Entre outras recomendações da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e

---

<sup>21</sup> ONU, Report of the World Commission on Environment and Development: **Our Common Future**

<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>

<sup>22</sup> Idem.

Desenvolvimento<sup>23</sup>, foi a urgência de dar continuidade a conferência de Estocolmo e organizar uma nova cimeira mundial da terra.

É nesse contexto que se organizou a cimeira do Rio 92, Eco 92, na cidade maravilhosa de Rio de Janeiro em 1992. Esta cimeira marca uma viragem das vontades comuns da sociedade internacional de atenuar a ferocidade do desenvolvimento industrial tal como surgiu na sua génese. Mais do que isso Rio 92 deu fruto a uma miscelânea de documentos importantes, entre eles a *Carta da Terra*, a *Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento*, a *Convenção sobre a diversidade Biodiversidade* (CDB), a *Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima* (CQNUMC), conhecida como UNFCCC (sigla inglesa) *Convenção sobre as Mudanças Climáticas* e a *Agenda 21*. ficou claro que as vontades humanas de salvar a terra é assaz ambiciosa e real, mas a medida que passam os anos se vê uma readaptação maligna do sistema mundo industrial de continuar a fazer mais do mesmo, se já não permitido nas terras do Norte, porque não seria noutros latitudes! O Sul é para isso!!!

Tal cenário cético pode ser lido noutro relatório das nações unidas chamado *Harmony with Nature* (*Harmonia com a Natureza*), de 2012, em que cientistas propuseram que se dê ao período geológico em que vivemos a designação de Antropoceno, pelo tamanho do impacto que os humanos têm tido sobre o meio ambiente<sup>24</sup>. Todavia e uma vez fechada a década das conferências (anos 90), os desafios se mantiveram e com eles a persistência da sociedade internacional e da ONU em especial.

É sob tutela da ONU que foi executado um relatório a Avaliação Ecosistêmica do Milênio AEM (sigla inglesa MA) em 2001. Como tal nome indica visa estudo e avaliação dos ecossistemas planetários. Foi alias a AEM que serviu como retaguarda de outro programa da ONU a saber o programa *Objectivos do Desenvolvimento do Milénio das Nações Unidas* (ODM)<sup>25</sup> bem assim para os preparativos da

---

<sup>23</sup> Esta comissão foi criada pela ONU em 1983 e que elaborou o *relatório Brundtland* que tem por nome o apelido da primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland.

<sup>24</sup> Crutzen, P. J. e E. F. Stoermer, “The Anthropocene”, *Global Change Newsletter*, vol. 41 (2000); UN, *Harmony with Nature Report of the Secretary-General*, A/67/317, 17 August 2012, p.6 e segs, in <https://undocs.org/A/67/317>.

<sup>25</sup> Sobre os pros e contra dos ODMs veja-se Lucas Moura Máximo, os objetivos de

Conferência Mundial 2002 para o Desenvolvimento Sustentável de Johannesburgo, conhecida também por Rio+10 ou Cimeira da Terra.

Contudo é preciso sublinhar que os oito ODMs adotados na cúpula do milênio que a ONU organizou em 2000, do qual saiu a declaração do Milênio das Nações Unidas aceite por mais 191 país e ong's que se empenharam na concretização dos oito objetivos, que vão desde (veja-se a tabela I) a pobreza extrema, fome, saúde, educação, empoderamento das mulheres além de alcançar sustentabilidade do meio ambiente.

**FIGURA 1 – PNUD: 2016**

**Meio ambiente entre os objetivos do milênio**

*ONU aprovou, em 2001, a Declaração do Milênio, com oito compromissos. Propostas hoje defendem adoção, a partir da Rio+20, de metas semelhantes para a sustentabilidade*



É fácil adivinhar que por mais ambiciosos os oito objetivos do milênio, há sempre algumas falhas para atingir as metas, não raras vezes colidem com falta de recursos humanos preparados (quer em África ou América Latina) ou/e mesmo a dificuldade de estabelecer a almejada parceria mundial para o desenvolvimento, já que o norte dificilmente abre mão altruisticamente de sua tecnologia e seu *savoir faire*.

desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. **Cienc. Cult.**, São Paulo , v. 71, n. 1, p. 33-39, jan. 2019. Disponível em <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009672520190010100011&lng=pt&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009672520190010100011&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 29 nov. 2020. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602019000100011>.

Dito isto, para cada um dos oito objetivos foram estabelecidas metas globais, em um total de 21 metas, cujo acompanhamento de progresso deu-se por meio de um conjunto de 60 indicadores<sup>26</sup>. A maioria das metas estabelecidas para os ODM tinha como horizonte temporal o intervalo de 1990 a 2015, isto é, avaliavam o progresso ocorrido nos indicadores em intervalos regulares até 2015, tendo por base dados iniciais obtidos em 1990<sup>27</sup>. Uma década depois a cúpula de Johannesburgo, o mundo estava necessitando de novos rumos e compromissos ambientais que repetem a experiência da ODM. Nesse contexto decorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável de Rio em 2012, conhecida por Rio+20, onde foi feita uma avaliação após 20 anos da cimeira da terra. O documento resultante da Conferência, intitulado “O Futuro que Queremos”, lançava as bases para que os países-membros da ONU elaborassem, coletivamente e a partir da experiência sucedida dos ODM, um novo pacote de objetivos e metas voltadas para o desenvolvimento sustentável, que passariam a vigorar no período pós-2015 e COP 21 de Paris.

### **3 AGENDA DE 2030: UM TEXTO AMPLO E PLURISSECTORIAL**

Para isso, foram necessárias negociações maratônicas de mais de dois anos até chegar ao consenso dum novo documento intitulado “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” (veja-se tabela 2). Também conhecido por Agenda 2030. Trata-se dum documento ambicioso que propõe 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas correspondentes, fruto do consenso obtido pelos delegados dos Estados Membros da ONU. Nesse sentido os ODS são o cerne da

---

<sup>26</sup> ROMA, Júlio César. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 71, n. 1, p. 33-39, Jan. 2019. Available from <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252019000100011&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252019000100011&lng=en&nrm=iso)>. access on 19 Oct. 2020. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602019000100011>

<sup>27</sup> Ibid.

Agenda 2030 e cuja implementação ocorrerá no período 2016-2030<sup>28</sup>. Uma das originalidades dos ODS e de suas metas é o fato de se aplicarem a todos os Estados-membros das Nações Unidas. O que significa o reconhecimento de que todos os países desenvolvidos e/ou em desenvolvimento têm desafios a superar quando o assunto é promoção do desenvolvimento sustentável em suas três dimensões: social, econômica e ambiental<sup>29</sup>.

Mais, a Agenda 2030 não se restringe apenas a propor os ODS, mas trata também dos meios de implementação que permitirão a execução desses objetivos e de suas metas. Esse debate engloba questões de alcance sistêmico, como financiamento para o desenvolvimento, transferência de tecnologia, capacitação técnica e comércio internacional. Além disso, prevê mecanismos de acompanhamento dos ODS e de suas metas, para auxiliar os países a informar seus êxitos e a identificar seus desafios, bem como a esboçar estratégias e a avançar em seus compromissos com o desenvolvimento sustentável<sup>30</sup>.

A leitura e a análise atenta da resolução 71/1 da Assembleia Geral das Nações Unidas, «Transformando nosso mundo: agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável» revela as múltiplas dimensões da agenda que vão desde a gente até planeta terra. No meio fica esse binômio dependente de outros três pilares: prosperidade, paz no mundo e uma parceria solidária global<sup>31</sup>. Documentemos:

«Esta Agenda é **um plano de ação** para as **pessoas, o planeta e a prosperidade**. Também busca **fortalecer a paz universal** com mais liberdade. Reconhecemos que a **erradicação da pobreza** em todas as suas formas e dimensões, **incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o**

---

<sup>28</sup> ONU, Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em <https://bit.ly/2CgNH9A>, consultado em 20 de outubro de 2020

<sup>29</sup> Idem.

<sup>30</sup> Idem.

<sup>31</sup> United Nations, **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**. Resolution adopted by the General Assembly on 25 September 2015, 70/1, p. 1 in [https://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E). acesso 20 de outubro 2020

**desenvolvimento sustentável. Todos os países e todos os grupos interessados (stakeholders), atuando em parceria colaborativa, implementarão este plano.** Estamos decididos a libertar a raça humana da tirania da pobreza e da privação e a sanar e proteger o nosso planeta. Estamos determinados a tomar medidas ousadas e transformadoras que se necessitam urgentemente para pôr o mundo em um caminho sustentável e robusto. Ao embarcarmos nessa jornada coletiva, **comprometemo-nos a não deixar ninguém para trás.** Os **17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as 169 metas** que estamos anunciando hoje **demonstram a escala e a ambição desta nova Agenda universal.** Levam em conta o legado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e procuram obter avanços nas metas não alcançadas. Buscam **assegurar os direitos humanos** de todos e alcançar a igualdade **de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas.** São integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as **três dimensões** do desenvolvimento sustentável: **a econômica, a social e a ambiental**»<sup>32</sup> (tradução nossa)

**FIGURA 2 – Fonte: PNUD**



Todavia, a Agenda 2030 não se limita apenas a propor os ODS, mas sim

«[...] trata igualmente dos meios de implementação que permitirão a concretização desses objetivos e de suas metas. Esse debate engloba questões de alcance sistêmico, como financiamento para o desenvolvimento, transferência de tecnologia, capacitação técnica e comércio internacional»<sup>33</sup>.

<sup>32</sup> Ibid.

<sup>33</sup> ONU, **transformando Nosso Mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Ministério das Relações Exteriores. Disponível em <https://bit.ly/2CgNH9A>, acesso 20 de outubro de 2020

Se algo ficou em dúvida, a frase compromisso da Agenda de “não deixar ninguém para trás”, em alusão aos mais pobres<sup>34</sup> parece assaz esclarecedora e galvanizadora.

#### 4 AMÉRICA LATINA E EL CARIBE NA AGENDA DE 2030

Uma das conclusões que a longa negociação da ONU revelou junto de 190 países, que a busca por um mundo mais justo, pacífico, sem miséria, fome e desigualdades, entre outras mazelas sociais, é o que move pessoas e governos e todos aquelas e aqueles que buscam a transformação social e a preservação do planeta. Foi justamente ao encontro dessa consciência coletiva da necessidade de se efetuarem mudanças e implementarem ações para atender às expectativas da sociedade global que as Nações Unidas, após consultas a diferentes setores -desde chefes de Estado, *stakeholders* a chefes de família-formularam em conjunto a Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS.

Obviamente que América Latina, como um *player* decisivo na equação onusiana de erradicar a pobreza, fome e alcançar um mundo pacífico e sustentável estava presente com força desde a cimeira de Rio 92 até Rio+20, e abraçou com carinho os ODS da agenda 2030. Desse modo algumas questões precisam ser levantadas e analisadas e que são os seguintes: que representa a Agenda 2030 em termos da cooperação e dum novo multilateralismo? Passados quatro anos da Agenda, quais os avanços? Quais os instrumentos dos países em prol da implementação da agenda 2030? Quais os mecanismos e estratégias para implementar os ODS da Agenda 2030? Qual o papel da sociedade civil? Quais os meios de monitoramento? Até que medida o compromisso de *no one will be left behind* esta a ser concretizado? Como esta sendo o desafio do desenvolvimento de inclusão está a ser levantado? Quais as transformações necessárias para alcançar uma sociedade sustentável e resiliente? Quais os mecanismos de acompanhamento a nível regional e global? Que papel o diálogo Sul-

---

<sup>34</sup> United Nations, **transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**, p. 1 em Resolution 70/1 adopted by the General Assembly on 25 September 2015. Disponível em [https://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E). Acesso 20 outubro 2020

Sul tem na Agenda 2030? E por fim qual o impacto do Covid 19 sobre o cumprimento dos ODS da Agenda quer na América Latina quer em África?

São esses as questões problematizantes que devem ser refletidas e analisadas. De partida pode-se dizer que os objetivos do desenvolvimento sustentável da Agenda 2030 tem um horizonte esplêndido. Basta reler o seguinte trecho para ter ideia da ambição dos relatores passo a citar:

«Nós decidimos, até 2030, acabar com a pobreza e a fome em todos os lugares combater as desigualdades dentro e entre os países; construir sociedades pacíficas, justas e inclusivas; proteger os direitos humanos e promover a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas; e assegurar a proteção duradoura do planeta e de seus recursos naturais. Resolvemos também criar condições para um crescimento sustentável, inclusivo e economicamente sustentado, prosperidade compartilhada e trabalho decente para todos, tendo em conta os diferentes níveis de desenvolvimento e capacidades nacionais»<sup>35</sup> (tradução nossa)

Tal como transparece pelo paragrafo 3 da Agenda 2030, há uma vontade genuína de transformar o utópico em realidade. Porém, um olhar no cotidiano de nosso planeta constata-se quão longe atingir esse ideal. Se nos analisarmos um dos pontos tais como o fenómeno de migrações, e não obstante a Agenda (pargf 29) reconhecer o papel das migrações no desenvolvimento sustentável, todavia a situação *in situ* é dramática. Dos Rohingya de Mianmar aos milhões de refugiados e migrantes em África, Oriente Médio, Mediterrâneo, deserto de Arizona até a xenofobia e intolerância nos países de acolhimento<sup>36</sup>. Outro indicador que não deixa dúvidas sobre o compromisso da Agenda 2030 com os países em desenvolvimento e em particular África, é que esta citada 15 vezes na Agenda e no qual vários parágrafos (prgf: 16, 22, 42, 44, 48, 56, 64, 68, 4b, 9a, 10b, 74h, 76)

---

<sup>35</sup> UN. **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**, Resolution 71/1 adopted by the General Assembly on 25 September 2015. Disponível em [https://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E). Acesso: em 22 out. 2020

<sup>36</sup> É ilustrativo recordar a medida do presidente norte-americano D. Trump em separar os filhos de seus pais daqueles que tentam entrar ao EUA.

de diversos índole ressaltam a importância de/a dar para África<sup>37</sup>.

Com efeito, e analisando as questões colocadas, concluímos antemão que passados quase quatro anos depois que a comunidade internacional aprovou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), esta em boa hora de fazer um balanço das conquistas e problemas cuja solução envolve desafios para os países de América Latina e Caribe. Fazer esse balanço e investigar as razões que explicam seus resultados é justamente o nosso objetivo.

A partir de relatórios que são elaborados pelos países da região, teremos acesso aos dados que facilitam as análises e formulação de conclusões. Todavia, revisitando os quatro anos e acrescentar a conjuntura atual de pandemia, rapidamente sentimos a clima de incerteza no cenário econômico e social à nível mundial e regional.

Em vários relatórios, transparece as tensões subjacentes à adoção da Agenda 2030 que adquiriu uma presença progressiva mas que se manifeste em uma espécie de “guerra comercial” (caso China e EUA é ilustrativo) entre as grandes potências econômicas, disputas pela hegemonia tecnológica, em particular para a implantação de redes 5G e mudanças no discurso e na realidade política que refletem um nível de contradições não observado nas últimas décadas. Em particular, situações políticas que originalmente pareciam limitadas a alguns países desenvolvidos se expandiram à região da ALC, agravada pela dificuldade em retomar um ritmo de crescimento econômico adequado para responder às necessidades de gerar riqueza, criação de empregos e aumento da produtividade que sustentam níveis salariais mais dignos. De facto, quando os países da região passaram a integrar a Agenda 2030 em diferentes visões, estratégias e planos de desenvolvimento nacional. Um ano depois, eles passaram de uma fase inicial de disseminação do conteúdo da Agenda 2030 para uma, de implementação, caracterizada pela incorporação de seus objetivos e metas nas políticas públicas e pelo estabelecimento de instituições e mecanismos de monitoramento e avaliação nacionais e subnacionais.

---

<sup>37</sup> UN. **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**, Resolution 71/1 adopted by the General Assembly on 25 September 2015. Disponível em [https://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E). Acesso: em 22 out. 2020

Atualmente, 29 dos 33 países da região contam com mecanismos de coordenação institucional cujo trabalho se baseia em instrumentos legais (decretos ou resoluções) que definem seu alcance e objetivos. Este notável avanço institucional foi acompanhado pela preparação de relatórios nacionais voluntários (VNR na sigla inglesa) descrevendo as atividades dos mecanismos de coordenação e os avanços alcançados na implementação da Agenda 2030<sup>38</sup>.

Ora se os 22 relatórios nacionais voluntários já foram apresentados e ainda há interesse manifestado por 10 países em apresentar relatórios no biênio 2019-2020, pode-se afirmar que cinco anos após a aprovação da Agenda 2030, a região ALC terá 32 relatórios preparados por 23 países. Em contrapartida, apenas 17 países no mundo terão apresentado pelo menos dois relatórios entre 2016 e 2020, o fato de que 9 deles são da América Latina e o Caribe mostra o compromisso da região com a Agenda 2030<sup>39</sup>.

Num documento valioso publicado pela Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL)<sup>40</sup>, temos acesso a um manancial de dados e análises que iremos discutir no meio deste artigo. Nesse âmbito e paradoxalmente ao ponto anterior, subsiste uma lacuna em termos dos dados estatísticos que permitiriam avaliar o progresso na realização dos indicadores dos ODS da Agenda 2030. Os países e governos não tem dado importância aos censos de maneira científica como por exemplo detetar as desigualdades e os vulneráveis da sociedade. É preciso salientar que para superar essa dificuldade estatística precisa-se duma vontade política que queira institucionalizar os censos nacionais o que significa fazer

---

<sup>38</sup> Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), **Informe anual sobre el progreso y los desafíos regionales de la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible en América Latina y el Caribe** (LC/L.4268(FDS.1/3)/Rev.1), UN, Santiago, 2017 e 2018.

<sup>39</sup> Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), **Informe anual sobre el progreso y los desafíos regionales de la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible en América Latina y el Caribe** (LC/L.4268(FDS.1/3)/Rev.1), UN, Santiago, 2017 e 2018.

<sup>40</sup> Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), **Informe de avance cuatrienal sobre el progreso y los desafíos regionales de la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible en América Latina y el Caribe** (LC/FDS.3/3/Rev.1), UN, Santiago, 2019.

modificações legais profundas<sup>41</sup>.

Partindo da afirmação do que a Agenda 2030 é indivisível, isto é, um programa integral entre si, significa que o denominado “pilar social estendido”, não é perceptível sem as metas de ordem econômico, ambiental e institucional. Por conseguinte os 17 ODS como a luta contra a desigualdade, fome, pobreza e todos os tipos de discriminação, acesso a alimentação e saúde adequadas, a educação; emprego, e proteção contra as diferentes formas de violência são condições sine qua non para o crescimento econômico, aumento da produtividade e uma mudança estrutural via um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Dito isso, a leitura dos dados -que os relatórios nacionais voluntários- mostram que, embora a região tenha apresentado avanços significativos em termos de alguns indicadores como a redução da pobreza e da desigualdade, esses avanços desaceleraram ou estagnaram nos últimos cinco anos. Outros indicadores seguiram tendência menos favorável, entre eles o da violência, cujos efeitos transversais roem a confiança na democracia e na paz social. Nesse sentido, a desigualdade continua em termos de renda<sup>42</sup>, gênero e “raça”. Essas anomalias nas sociedades latino-americana em boa parte associadas à uma **cultura de privilégio**, são a manifestação clara dos abismos que caracterizam o tecido social latino-americano e Caribe. Desse modo, o compromisso de *não deixar ninguém para trás* é algo desafiador para a região e por isso deve ser um pilar central das políticas de desenvolvimento sustentável e sobretudo **inclusivo**<sup>43</sup>. Estas primeiras avaliações revelavam algumas pistas que deveriam ser aprofundadas. A título de exemplo, para o alcance da sustentabilidade dos ecossistemas, das cidades, das fontes de energia e enfrentar às mudanças climáticas, é essencial modificar os padrões de produção e consumo, nomeadamente em relação ao uso da energia e do território,

---

<sup>41</sup> Ibid, p. 10.

<sup>42</sup> Basta comparar o salário dum juiz brasileiro com o salário mínimo dum cidadão comum. Uma diferença abissal

<sup>43</sup> Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), **Informe de avance cuatrienal sobre el progreso y los desafíos regionales de la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible en América Latina y el Caribe** (LC/FDS.3/3/Rev.1), UN, Santiago, 2019, p. 10.

bem como implementar medidas de adaptação<sup>44</sup>. Para isso é preciso políticas coerentes em todas as áreas que permitem as transformações necessárias para suportar os efeitos nefastos das mudanças climáticas nas atividades econômicas, ecossistemas e bem-estar social. É necessário não apenas uma adaptação às novas condições mas sim uma evolução para os processos de produção com menos emissões de gases de efeito estufa que permitem alcançar maiores níveis de desenvolvimento. Em síntese trata-se de uma transformação estrutural do estilo de desenvolvimento e de civilização, uma transição rumo a um desenvolvimento mais sustentável que preserve os bens econômicos, sociais e ambientais para gerações futuras. Mas como isso pode e deve funcionar? Eis que surge a urgência dum novo multilateralismo capaz de fazer frente a onda de nacionalismos que caracterizam um sistema internacional cada vez assimétrico bem como facilitar o alcance dos 17 ODS.

Nesse âmbito a experiência do sistema monetário Bretton Woods 1944 (entre Europa e EUA) é um exemplo da cooperação internacional num contexto difícil de guerra fria, e que serviu para conciliar livre comércio com políticas a favor do emprego e do bem-estar, resultando os chamados *gloriosos trinta anos* da economia global<sup>45</sup>. O período pós Bretton Woods, mudou de visual e princípios, como? Expliquemos: é sabido que o sistema internacional é um sistema anárquico no sentido que não tem um governo mundial com legitimidade para orientar e controlar as ações dos Estados nacionais. Com efeito, resta aberto a crises e confrontos. Ora para entender o sistema internacional deve seguir as mutações de longo prazo de modo a identificar as forças profundas e a partir daí elaborar respostas políticas. Com efeito olhando para o sistema internacional (SI), evidencia-se que o SI está num momento crítico, de bifurcação de sua trajetória: ou se move na direção da fragmentação e do conflito, colocando em risco as aquisições e o progressos que foram alcançados em tempos de paz e integração da economia internacional, ou opte por uma crescente cooperação em bases multilaterais, buscando fortalecer o desenvolvimento econômico e a democracia. A tendência que parece

---

<sup>44</sup> Ibid, p. 11.

<sup>45</sup> Hirschman, A, **A propensity to self-subversion**, Cambridge, Harvard University Press, 1995, p. 153.

ser dominante segundo vários analistas neste ponto de bifurcação é a primeira. Ao invés de cooperação, constata-se um crescente unilateralismo e uma intensa rivalidade geopolítica, personificadas na aplicação de medidas protecionistas, uma crescente disputa tecnológica, a perda de importância dos fóruns multilaterais, o abandono dos acordos comerciais (exemplo dos EUA), políticos e militares, com uma vaga crescente dos nacionalismos e sobranismos<sup>46</sup> estranhamente acompanhada por um desejo de anular o papel do Estado como regulador como dizia Keynes para um contexto salvagem em que prevalece o “espírito animal” (*animal spirit* na original inglês) além do aumento da cultura do ódio, intolerância, antissemitismo em relação ao diferente. Espírito esse que se agravou com o Covid 19.

Por outro, as mudanças a nível do poder global com a ascensão da China e o stress tecnológico e comercial sofrido pela América “first” e de orgulhosamente só ao jeito de Trump, com implicações, económicas e militares, apenas agudizou o conflito em relação a cooperação e o declínio do multilateralismo. Fatos que, entretanto, podem conhecer uma flexibilização, mas não uma mudança radical com o vitorioso Joe Biden. Visto que a luta pela hegemonia entre as grandes potências e as razões de discórdia irão continuar se não mesmo agravar-se.

Para mais, a hiperglobalização desde os anos noventa fez triunfar a ideia enganosa do que o livre mercado e o garante do bom funcionamento do sistema internacional. A crise de 2008 e agora o Covid 19 desmentiram esse postulado. O desmoronamento do sistema financeiro internacional teve como consequência um retrocesso no multilateralismo que por sua vez impactou negativamente as democracias no mundo (No Norte e no Sul). Se para um conjunto de cientistas políticos o binómio multilateralismo e democracia depende muito do desenvolvimento, encurtar a distância tecnológica entre o centro e periferia. Nesse sentido os 17 ODS da agenda 2030, representam um quadro de referência sólido para um multilateralismo

---

<sup>46</sup> Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), **Informe de avance cuatrienal sobre el progreso y los desafíos regionales de la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible en América Latina y el Caribe** (LC/FDS.3/3/Rev.1), UN, Santiago, 2019, p. 15.

baseado na inclusão social e sustentabilidade ambiental<sup>47</sup>. E se o multilateralismo falhar? O que seria do sistema internacional? Eis uma das perguntas que mais instiga os internacionalistas. Deve dizer que a falta de cooperação é uma receita para o fracasso do multilateralismo, mas sobretudo exacerbou a rivalidade tecnológica e as tensões geopolíticas gerando a incerteza sobre a evolução do comércio internacional e governança da economia digital.

Por sua vez, a rivalidade tecnológica e militar (expansão chinesa no pacífico) que tem sido travada entre a China e EUA relativamente a 5G é reflexo de como essa rivalidade pode transformar em conflito aberto e ameaça a paz no mundo<sup>48</sup>. Na base disso que a cooperação internacional -e os canais diplomáticos- se torne um imperativo existencial. Mais, os 17 ODS tem todos os elementos para alcançar um consenso aglutinador e multilateral sobre temas decisivos como a igualdade que é uma ferramenta de fortalecer a democracia e o desenvolvimento sustentável. A contrário, teremos um mundo fragmentado, assimétrico e com sérios riscos à democracia<sup>49</sup>.

Defender um novo multilateralismo significa lutar pela premissa de proteger os mais vulneráveis, compartilhar a revolução tecnológica com a periferia, discutir os desafios impostos pelas mudanças climáticas e bem assim o impacto político das grandes migrações<sup>50</sup> humanas fruto da globalização, das guerras e das mudanças climáticas. Assim, o objetivo de uma mudança estrutural na ALC depende muito dum verdadeiro impulso ambiental capaz de

---

<sup>47</sup> Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), **Informe de avance cuatrienal sobre el progreso y los desafíos regionales de la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible en América Latina y el Caribe** (LC/FDS.3/3/Rev.1), UN, Santiago, 2019, p. 16.; Keohane, R., S. Macedo y A. Moravcsik “Democracy-enhancing multilateralism”, **International Organization**, 2009, vol. 63, N° 1.

<sup>48</sup> Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), **Ob. Cit**, p. 21-22 e seg.

<sup>49</sup> Ibid.

<sup>50</sup> Um exemplo bastante marcante do drama dos imigrantes no mundo é o caso de crianças separadas de seus pais na fronteira México-americana por causa da política de D. Trump de tolerância zero com os imigrantes. Calcula-se pelo menos 545 crianças imigrantes retidas por Trump ainda estão perdidas dos seus pais. Veja-se <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-10-23/pelo-menos-545-criancas-imigrantes-retidas-por-trump-ainda-estao-perdidas-dos-seus-pais.html> acesso 27 outubro 2020.

combinar a eficiência de crescimento com a eficiência tecnológica e ambiental isto é controlar as emissões de gás e proteger os recursos naturais<sup>51</sup> de modo que a Agenda 2030, os ODS e o Acordo de Paris e agora o desafiante Covid 19, sejam efetivamente motores dum cambio social e económico<sup>52</sup> sustentável, inclusivo e igualitário capazes de reduzir as assimetrias que prevalecem hoje em termos de desenvolvimento entre os países.

Com efeito os avanços dos países Latino americanos e Caribe tem sido positivas ao longo dos três anos, ou seja, de 2016 a 2019 até a chegada de Covid 19 em que se deu mutações profundas não apenas na Agenda 2030, mas no próprio sistema internacional. Com efeito, podemos afirmar a partir dos dados fornecidos pelos Estados membros da ALC e publicados pela CEPAL, que efetivamente houve uma real vontade de que lhes permitiu<sup>53</sup> alcançarem avanços relevantes e sustentados no que diz respeito ao quadro institucional e aos instrumentos para implementar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Assim verifica-se que a partir de 2016, a região começou a integrar a Agenda 2030 em diferentes visões, estratégias e planos nacionais de desenvolvimento. Pelo menos 16 mecanismos institucionais já foram definidos que passaram a ser tutelados com instituições existentes ou novas instituições com funções específicas que foram criados (CEPAL, 2017). Em 2017, os países passaram de uma fase inicial de divulgação do conteúdo da Agenda 2030 para uma de implementação, caracterizada pela incorporação do conteúdo da Agenda nas políticas e instituições públicas e o desenvolvimento de instituições e mecanismos de monitoramento nacional e subnacional. Naquele ano, mais países definiram mecanismos de coordenação institucional, assim alcançou-se a cifra de 20 mecanismos, todos com instrumentos legais (decretos ou resoluções) que definiram seu alcance e objetivos<sup>54</sup>. Atualmente,

---

<sup>51</sup> Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), **Informe de avance cuatrienal sobre el progreso y los desafíos regionales de la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible en América Latina y el Caribe** (LC/FDS.3/3/Rev.1), UN, Santiago, 2019, p. 29.

<sup>52</sup> Ibid.

<sup>53</sup> Ibid. p.45.

<sup>54</sup> Ibid, p. 45.

29 dos 33 países da região Latino Americana estabeleceram mecanismos; 13 deles os criaram e os outros 16 foram com base em mecanismos pré-existentes ou arranjos institucionais ad hoc<sup>55</sup>.

Nesse espaço de tempo de 2016-2019, 98% da população da América Latina e Caribe estão sob um dos mecanismos de coordenação. Este avanço institucional foi acompanhado de esforço de elaborar e entregar os *relatórios nacionais voluntários* ao Fórum Político de Alto Nível sobre o Desenvolvimento Sustentável organizado pelo Conselho Económico e Social das Nações Unidas o que mostre o compromisso político dos países de ALC para com a Agenda de 2030 e seus 17 ODS<sup>56</sup>. Outra amostra da importância que os países atribuem à Agenda 2030 é a decisão de colocar os mecanismos e agências de coordenação nos níveis mais altos da estrutura organizacional do Estado: os escritórios da Presidência do Governo ou do Primeiro-Ministro. Dentro esse processo de institucionalizar a implementação da Agenda 2030, vimos que mais de 18 países puseram a Agenda sob tutela do ministério do Ambiente, situação verificada no Brasil, Argentina, Chile, Colômbia<sup>57</sup>.

Destacaremos aqui a Jamaica que tem demonstrado seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e inclusivo desde o lançamento, em 2009, da *Visão 2030 Jamaica*, seu primeiro plano de desenvolvimento nacional de longo prazo. No Brasil, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) tem desempenhado um papel importante na territorialização da Agenda 2030 e desenvolveu dois guias para orientar os municípios sobre como avançar na implementação, monitoramento e avaliação dos ODS. Mais o país que possui instrumentos de monitoramento é o Brasil, onde a Confederação Nacional de Municípios (CNM) criou a ferramenta **Mandala ODS**. Este aplicativo, disponível tanto para os gestores públicos municipais quanto para a sociedade em geral, permite diagnosticar, monitorar e avaliar o nível de cumprimento dos ODS nos

---

<sup>55</sup> Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), **Informe de avance cuatrienal sobre el progreso y los desafíos regionales de la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible en América Latina y el Caribe** (LC/FDS.3/3/Rev.1), UN, Santiago, 2019, p. 45.

<sup>56</sup> Ibid, p.46.

<sup>57</sup> Ibid, p.49.

municípios. **ODS mandala**, é baseado em um gráfico tipo radar que mostra o grau de desenvolvimento do município nas dimensões econômica, social, ambiental e institucional. A ferramenta possui 28 indicadores aplicados a todos os municípios do país<sup>58</sup>. Deve reconhecer que as discussões a volta dos 17 ODS e seus 169 metas e 244 indicadores no Brasil foi bastante intensa. Sob os auspícios da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNOODS) criada em 2016, além de Ipea e o IBGE que ficaram com tarefa de “Brasilizar” os ODS, as metas e os indicadores. Para isso foram muitas reuniões, workshop, além de instituir 17 grupos interministeriais para efeito de estudo, análise e adequação à realidade do Brasil<sup>59</sup>.

A nível regional, a intensa participação da sociedade civil foi central na concretização do acordo Regional de Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Matéria Ambiental na América Latina e no Caribe (Acordo Escazú), adotado em março de 2018. O Acordo oferece aos Estados e sociedades uma plataforma para avançar em direção ao acesso total à informação, participação além da consulta e justiça ambiental. Seu objetivo é garantir que todas as pessoas têm acesso a informações oportunas e confiáveis, participam efetivamente de decisões que afetam suas vidas e seu meio ambiente e podem ter acesso à justiça em questões ambientais, contribuindo para o cumprimento da Agenda 2030. É o único acordo juridicamente vinculativo derivado da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20), e o primeiro tratado sobre questões ambientais na América Latina e no Caribe e o primeiro do mundo a incluir disposições para a proteção dos defensores dos direitos humanos em questões ambientais. O processo de negociação do acordo foi inovador, pois incorporou todos os agentes da sociedade civil como um todo, ou seja, todos os grupos que representam o

---

<sup>58</sup> Ibid, p. 58.

<sup>59</sup> ROMA, Júlio César. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 71, n. 1, p. 33-39, Jan. 2019. Available from <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252019000100011&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252019000100011&lng=en&nrm=iso)>. access on 31 Oct. 2020. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602019000100011>.

interesse público<sup>60</sup>. Já em termos das estatísticas observa-se duas ações uma a nível regional e outra a nível mundial.

No que concerne a regional, os países de América Latina e Caribe, tem esforçado em facultar (depois de elaborar e juntar) dados estatísticos que permitem medir os 17 ODS e seus 244 indicadores e nesse prisma que foi criado o Grupo de Coordenação Estatística para a Agenda 2030 na América Latina e o Caribe<sup>61</sup>. A nível global temos o Grupo Interinstitucional e de Especialistas em Indicadores ODS, com o apoio da Divisão de Estatísticas das Nações Unidas como Secretariado Técnico, cuja tarefa é a revisão metodológica dos indicadores mundiais<sup>62</sup>.

*No one will be left behind. Não deixar ninguém para trás.* Eis o lema, citada 7 vezes no documento da Agenda 2030, o que demonstre a insistência e compromisso dos Estados em concretizar este *roadmap/* mapa de rota. Numa região, a mais desigual do mundo, a América Latina e Caribe, estará perante seu maior desafio da sua história pós-colonial, isto é, o desenvolvimento inclusivo e sustentável. Nesse sentido erradicar a pobreza (700 milhões de pessoas vivendo, globalmente, com menos de US\$ 1,90 (PPP)<sup>63</sup>, permitir o acesso ao ensino básico com uma educação inclusiva de qualidade e com oportunidades, dignificar e democratizar o sistema da saúde, bem como promover a igualdade de gênero e empoderar as mulheres e meninas, acabar com desigualdades no trabalho, baixar o número de violência para não comprometer o desenvolvimento inclusivo. Outro desafio maior que a Agenda pretende erradicar ou pelo menos atenuar é a fome, alcançar uma sadia e segurança alimentar<sup>64</sup>. No entanto,

---

<sup>60</sup> Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), **Informe de avance cuatrienal sobre el progreso y los desafíos regionales de la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible en América Latina y el Caribe** (LC/FDS.3/3/Rev.1), UN, Santiago, 2019, p. 62.

<sup>61</sup> Ibid, p.91.

<sup>62</sup> Ibid, p.99.

<sup>63</sup> <http://www.agenda2030.org.br/ods/1/>.

<sup>64</sup> Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), **Informe de avance cuatrienal sobre el progreso y los desafíos regionales de la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible en América Latina y el Caribe** (LC/FDS.3/3/Rev.1), UN, Santiago, 2019. [https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44551/7/S1900433\\_es.pdf](https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/44551/7/S1900433_es.pdf)

ainda há 795 milhões de pessoas no mundo que, vivem sob o espectro da desnutrição crônica. O ODS 2 pretende acabar com todas as formas de fome e má-nutrição até 2030, de modo a garantir que todas as pessoas - especialmente as crianças - tenham acesso suficiente a alimentos nutritivos durante todos os anos<sup>65</sup>. Portanto eis a visão da Agenda 2030, uma concepção abrangente e articulada das dimensões da Agenda a fim de avançar na melhoria da pegada social e do modelo de desenvolvimento e produtivo atual, uma pegada que é visível na persistência da pobreza e altos níveis de desigualdade<sup>66</sup>. Isso seria a condição *sine qua non* para reduzir a pobreza, promover a igualdade e proteger o meio ambiente. Nesse sentido o compromisso *de não deixar ninguém atrás* constitui um desafio particularmente complexo para a América Latina e o Caribe, e deve ser um objetivo central das políticas de desenvolvimento inclusivo, de modo a alcançar uma sociedade sustentável e resiliente.

Isso passa naturalmente por meio de implementação de orientações das políticas públicas da Agenda 2030 que tomam em consideração, dar um grande impulso ambiental<sup>67</sup> isto é o desenhar de políticas que favorecem investimentos em tecnologias, bens e serviços associados a um baixo emissão de carbono; reforçar as políticas sociais para a igualdade, cooperação público privada, maior integração regional e novas formas de cooperação Sul-Sul<sup>68</sup>. Pode se afirmar que este tópico de cooperação Sul-Sul é o caminho mais fácil de realizar já que os problemas são iguais e os destinos também. Para as Nações Unidas a cooperação Sul-Sul é um “empreendimento comum dos povos e países do Sul, surgindo de experiências e afinidades compartilhadas, com base em seus objetivos comuns e da solidariedade, e guiado, entre outras coisas, pelos princípios

---

acesso 29 novembro 2020.

<sup>65</sup> UN. **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**, Resolution 71/1 adopted by the General Assembly on 25 September 2015. Disponível em [https://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E). Acesso: em 22 out. 2020

<sup>66</sup> Ibid.

<sup>67</sup> Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), **Informe de avance cuatrienal sobre el progreso y los desafíos regionales de la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible en América Latina y el Caribe** (LC/FDS.3/3/Rev.1), UN, Santiago, 2019., p. 199.

<sup>68</sup> Ibid.

de respeito à soberania e suas implicações nacionais, livres de qualquer condicionalidade (Nações Unidas, 2010). No caso do Brasil constata-se a famosa frase de diplomata e ministro Celso Amorim que defendeu uma diplomacia brasileira *ativa e ativa*. Nesse aspecto, a Cooperação Sul-Sul segue se fortalecendo. Em 2016, o projeto Cotton 4 + Togo resultado da parceria entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), o governo de Benin, Burquina Faso, Chade, Mali e Togo, e o PNUD – recebeu o primeiro Prêmio “S3 Award” de Cooperação Sul-Sul para Desenvolvimento Sustentável, organizado pelo escritório regional do PNUD para a América Latina e o Caribe (RBLAC), com apoio do Escritório de Apoio à Políticas e Programas/Cooperação Sul-Sul (BPPS/SSC), de Nova York. Também é digno de notar a cooperação brasileira com São Tomé e Príncipe, já que o PNUD e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) – deram importante aporte em equipamentos e estrutura para diagnosticar e combater a doença de tuberculose no país<sup>69</sup>.

Todavia e se queremos uma antítese, relemos um artigo da própria Secretária-Executiva da CEPAL, Alicia Bárcena, num artigo de opinião datado de julho 2019, cujo título “A Agenda 2030 e a América Latina e o Caribe: Urgência em ponto crítico” , nesse artigo a autora aborda de forma muito cética e crítica a situação latino-americana que embora tenha mostrado um compromisso forte com a Agenda, a evolução recente revela que o cumprimento desse roteiro global para 2030 se encontra em um ponto crítico na região<sup>70</sup>. Com efeito e paradoxalmente, a heterogeneidade em cumprir algumas das metas dos ODS coloca em xeque o conjunto da Agenda 2030<sup>71</sup>. É que, não obstante algumas das metas foram realizadas no âmbito regional, outras só serão alcançadas com altas taxas de crescimento ou com fortes renovações distributivas, e outras parecem inacessíveis diante de qualquer hipótese.

Assim e embora alguns avanços se verificaram na redução de

---

<sup>69</sup> Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, **Relatório Anual 2016: Caminhando Para o Futuro que Queremos**, PNUD-Brasil, 2017, p. 19.

<sup>70</sup> Bárcena Alicia, “A Agenda 2030 e a América Latina e o Caribe: Urgência em ponto crítico”, CEPAL, 19 de Julho de 2019, disponível em <https://www.cepal.org/pt-br/articulos/2019-agenda-2030-america-latina-o-caribe-urgencia-ponto-critico>, acesso 2 de Novembro 2020.

<sup>71</sup> Ibid.

mortalidade de crianças ou uso da internet, o acesso à água potável e o ensino secundário parecem afastadas além duma estagnação na evolução positiva da desnutrição<sup>72</sup>. Pior ainda, o crescimento económico estagnou de uma maneira que coloca em risco a erradicação da pobreza extrema: já que na última década, o PIB da América Latina cresceu menos de 2% ao ano (1,7%). Perante isso muitos indicadores mostram que as metas de vários ODS não serão alcançadas<sup>73</sup>.

Seguindo as indagações de Alicia Bárcena, a Agenda 2030 exige um novo multilateralismo que revigore a confiança na cooperação internacional e na ação coletiva para a provimento de bens públicos globais e regionais, que aumente a resiliência diante os choques financeiros, comerciais e tecnológicos, que universalize os estados de bem-estar e proteja os direitos das minorias e vulneráveis, que robusteça os interesses difusos da maioria sobre os interesses dos grupos organizados ou que concentram capital e tecnologia, e que fortaleça as capacidades deliberativas, a transparência e o debate esclarecido do conjunto dos cidadãos<sup>74</sup>. É desse modo que o Fórum Político de Alto Nível sobre o Desenvolvimento Sustentável, que se realiza cada ano na sede das Nações Unidas em Nova York, ganha destaque pelas oportunidades que abre para que todos os países discutam os avanços e os entraves, em prol duma busca que reduz o fosso entre o Norte e Sul, que possibilita aos países do Sul de unirem seus esforços e anseios para acabar com a epidemia da desigualdade e da pobreza, essa que causa a deslocação forçada e maciça de milhões de cidadãos do Sul em busca duma replica do Eldorado no Norte.

## **5 ÁFRICA NA AGENDA DE 2030 E A AGENDA 2063**

Citada quantas vezes na Agenda 2030, é simbólico em si, na medida que demonstre o lugar e dimensão que representa África em termos ambientais sejam florestas, fauna, biodiversidade, rios, riquezas marítimas, recursos minerais inesgotáveis e acima de tudo uma população jovem e aguerrida que quer mudar o *Status Quo* (económico, sociocultural, político, sanitário e educacional) africano.

---

<sup>72</sup> Ibid.

<sup>73</sup> Ibid

<sup>74</sup> Ibid.

Para recordar e para entender o contexto e o texto da Agenda 2030, é preciso recuar ao 2012 e a cimeira Rio+20 do qual nasceu um documento valioso chamado «The future we want» o futuro que queremos, que deu início aos trabalhos tendo em vista elaborar um novo roteiro para os futuros 15 anos. Antes de analisar a forma com que fora redigida a Agenda 2030 e seus 17 objetivos, convém procurar os sinais do novo posicionamento de África na mesa de negociações em prol das declarações e/ou documentos finais. Assim, e relendo o documento *o Futuro que queremos* deparamos que as referências a África são 26 e dizem respeito a todos os domínios que o continente necessita. Deve se sublinhar que o documento em si é prova do peso de África como um *player* crucial na arena internacional. Assim podemos constatar o forte compromisso político para o desenvolvimento de África alicerçada numa nova parceria<sup>75</sup> (16). O documento reconhece ainda que se deve reservar uma atenção especial a África bem como o cumprimento de ajudar África no desafio de DS, tal como nas várias cúpulas nas quais foi prometida essa ajuda<sup>76</sup>. Dentro o plano de ação do documento, a erradicação da pobreza e fome em África, garantir segurança alimentar na base duma agricultura sustentável que preserve os direitos dos rurais é crucial<sup>77</sup>. Citaremos:

«Reconhecemos também a importância das tradicionais práticas Agrícolas sustentáveis, incluindo sistemas tradicionais de distribuição de sementes, inclusive para muitos povos indígenas e comunidades locais»<sup>78</sup>

---

<sup>75</sup> UN. **The future we want. Outcome of the conference. 2012.** Disponível em [http://www.rio20.gov.br/documentos/documentos-da-conferencia/o-futuro--que-queremos/at\\_download/the-future-we-want.pdf](http://www.rio20.gov.br/documentos/documentos-da-conferencia/o-futuro--que-queremos/at_download/the-future-we-want.pdf). Acesso em 6 de novembro de 2020.

<sup>76</sup> particularmente os compromissos resultantes da Declaração do Milênio, da Declaração sobre a Nova Parceria para o Desenvolvimento da África, do Consenso de Monterrey do Plano de Implementação de Johannesburgo e do documento final da Cúpula Mundial de 2005, bem como a Declaração Política de 2008 sobre as necessidades de desenvolvimento de África.

<sup>77</sup> UN. **The future we want. Outcome of the conference. 2012.** Disponível em <[http://www.rio20.gov.br/documentos/documentos-da-conferencia/o-futuro--que-queremos/at\\_download/the-future-we-want.pdf](http://www.rio20.gov.br/documentos/documentos-da-conferencia/o-futuro--que-queremos/at_download/the-future-we-want.pdf)>. Acesso em 6 de novembro de 2020.

<sup>78</sup> UN. **The future we want. Outcome of the conference. 2012.** Disponível em: <[http://www.rio20.gov.br/documentos/documentos-da-conferencia/o-futuro--que-queremos/at\\_download/the-future-we-want.pdf](http://www.rio20.gov.br/documentos/documentos-da-conferencia/o-futuro--que-queremos/at_download/the-future-we-want.pdf)>. Acesso em 6 de novembro de 2020.

Para além desses objetivos, o documento *O Futuro que Queremos* destaca a importância da água e do saneamento para um desenvolvimento sustentável. “Energia sustentável para todos”, saúde, trabalho digno e proteção social, proteção dos oceanos e mares bem como a sua biodiversidade e por fim a questão de África. Sua relevância transparece no seguinte compromisso citaremos:

“Apelamos à comunidade internacional para reforçar o seu apoio e cumprir os compromissos de avançar na ação em áreas essenciais para o desenvolvimento sustentável da **África**, e louvamos os esforços dos parceiros de desenvolvimento para fortalecer a cooperação com a **Nova Parceria para o Desenvolvimento da África** (NEPAD). Louvamos também os progressos realizados pelos **países africanos** no aprofundamento da democracia, direitos humanos, boa governança e gestão econômica saudável, e encorajamos os **países africanos** a prosseguirem os seus esforços nesse sentido. Convidamos todos os parceiros de desenvolvimento da **África**, em particular os países desenvolvidos, a apoiarem os países africanos no fortalecimento do seu potencial humano e de suas instituições democráticas, de acordo com suas prioridades e objetivos, com vista a promover o desenvolvimento da **África** em todos os níveis, inclusive, facilitando a transferência de tecnologia necessária aos **países africanos** em condições mutuamente aceitáveis”<sup>79</sup>

Uma lida atenta ao texto registamos um compromisso e um apelo para que os países desenvolvidos desempenhem um papel de verdadeiro aliado à África na sua modernização inclusive a transferência da tecnologia em “condições mutuamente aceitáveis”. Essa última frase é tão enigmática quanto à real vontade do Norte em abrir mão de sua tecnologia sem que haja contrapartidas, não raro, muito pesadas. De resto o “O Futuro que queremos” também apontou, as mudanças climáticas, biodiversidade, florestas, e claro a educação e o empoderamento das mulheres como temas fundamentais para qualquer projeto de emancipação e progresso.

O mérito diplomático da cimeira do Rio+20 é para além de ter elaborado o documento final assaz ambicioso, mas sim por ter lançado

---

<sup>79</sup> UN. **The future we want. Outcome of the conference. 2012.** Disponível em: <[http://www.rio20.gov.br/documentos/documentos-da-conferencia/o-futuro-que-queremos/at\\_download/the-future-we-want.pdf](http://www.rio20.gov.br/documentos/documentos-da-conferencia/o-futuro-que-queremos/at_download/the-future-we-want.pdf)>. Acesso em 6 de novembro de 2020.

as sementes para a criação dos ODS e uma nova Agenda pós 2015, isto é, pós Paris 2015. A Agenda 2030, essa que se evidencie revolucionária, altruísta e transformadora da nossa maneira de estar e ser no mundo. Sua originalidade prende com -entre outras coisas- o fato ter posto como meta defender e salvar os “condenados da terra”. Eis que surge África como um elemento imprescindível na equação de qualquer tentativa de mudar o mundo. Antes de analisarmos a Agenda 2030 e seus 17 ODS, é fundamental revisar a gênese desse novo roteiro, e verificar não apenas o lugar de África na Agenda, mas sim analisar a influência de África e dos africanos na mais ambiciosa carta magna para “Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development”.

Deve dizer que o período pós-Rio 2012 com todo o seu êxito e a consagração da diplomacia ambiental brasileira como um “player” e “Influencer” determinado e aguerrido na mesa de negociações internacionais. Mas também consagrou a África e sua diplomacia ambiental como determinante em qualquer Agenda mundial. É nisso que se insere o trabalho/documento CAP que a União Africana (UA) elaborou de modo a enriquecer -crítica e construtivamente - as discussões à volta da nova Agenda e convergir com a mesma.

Como? Uma das observações que salta no início da CAP (Common African Position on the Post-2015 Development Agenda)<sup>80</sup> é a abordagem participativa e inclusiva, que conduziu à formulação da posição africana em relação à Agenda de desenvolvimento sustentável pós 2015 e que congregou sectores públicos, privados, sociedade civil e demais *stakeholders* a nível local, regional e continental<sup>81</sup>. Essa

---

<sup>80</sup> Esclareço que embora indiquei o nome em inglês, eu baseei-me na versão francesa. Union Africaine, **Position Commune Africaine sur le Programme de Développement pour l'après-2015**.em [www.africa-union.org](http://www.africa-union.org) acesso 7 de novembro de 2020.

<sup>81</sup> Ibid., p.2; Sob a decisão da Cúpula da União Africana (Assembly / AU / Dec. 423 (XIX)) de Julho de 2012 que confia à CUA, em estreita consulta com os Estados Membros e Comunidades Económicas Regionais (RECs), para identificar as prioridades de África para a Agenda de Desenvolvimento para Pós-2015, e sob a decisão da União Africana (Assembly / AU / Dec. 475 (XXI)) de maio de 2013 sobre o estabelecimento de um Comitê de alto nível composto por chefes de estado e governo responsáveis por sensibilizar líderes Africanos, coordenem suas ações e formem alianças regionais e intercontinental em torno da Posição Comum Africana sobre o desenvolvimento para pós-2015, um comitê de dez membros foi criada. (Este

abordagem (*approche*) colmatou a ausência de consulta afro-africana na fase preparatória das negociações aquando da formulação dos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs) 2015<sup>82</sup>. Desta vez a CAP trouxe inovações diplomáticas que demonstre o nível de maturidade no qual chegou a União Africana. Na verdade África é a única região do mundo que apresentou de forma consistente uma posição comum sobre questões globais abordadas nas principais cúpulas e conferências internacionais. Estas posições comuns, que são expressões de uma visão partilhada traduzida na apresentação de ambições e expectativas - serviram de base para as discussões geradas a todos os níveis e para a formulação das questões relativas à África que os africanos desejam. O continente africano também desempenhou um papel importante nas negociações da agenda de desenvolvimento pós-2015.

A Posição Comum Africana também apelou a “uma África integrada, próspera e pacífica liderada pelos seus próprios cidadãos” baseada nas seguintes seis prioridades: 1) transformação econômica estrutural e crescimento inclusivo; 2) ciência, tecnologia e inovação; 3) desenvolvimento com uma dimensão humana; 4) proteção do meio ambiente, gestão de recursos naturais e riscos de desastres; 5) paz e segurança; e por fim 6) as finanças e parcerias<sup>83</sup>. Apenas a África formulou uma posição comum sobre o programa.

Com estas seis prioridades que ecoam muitas preocupações econômicas, sociais e ambientais e também afetam a paz e a segurança, esta Posição Comum Africana exortou a comunidade internacional a implementar um programa que trará transformações. O seu propósito era assegurar que a nova agenda de desenvolvimento global seja um bom reflexo da urgência de África nesta área. Também foi dada ênfase à necessidade de lançar uma agenda de desenvolvimento pós-2015 que reflita um bom equilíbrio entre os avanços alcançados e os fatores que os promovem, a saber: 1) capacidades institucionais para o desenvolvimento; 2) mobilização de

---

comitê era formado pelos chefes de estado e de governo da Libéria (presidente), África do Sul, Argélia, Congo, Etiópia, Guiné, Maurício, Mauritânia, Namíbia e Chade).

<sup>82</sup> Union Africaine, **Position Commune Africaine sur le Programme de Développement pour l'après-2015**.em [www.africa-union.org](http://www.africa-union.org) acesso 7 de novembro de 2020.

<sup>83</sup> Ibid.

recursos nacionais; 3) envolvimento das comunidades; 4) as dimensões local e global; 5) integração social e igualdade; 6) participação no poder e promoção da boa governança; 7) paz e segurança; 8) comércio e integração regional; 9) desenvolvimento das infraestruturas, cooperação e parcerias a escala global<sup>84</sup>

A Posição Comum Africana formulou prioridades, incluindo em termos de transformação económica, desenvolvimento com uma dimensão humana, preservação do ambiente, de paz e segurança, que são partes integrantes dos objectivos de desenvolvimento sustentável.

Destaque ainda que a agenda de desenvolvimento pós-2015 oferece aos africanos um oportunidade única de construir consenso sobre os desafios, prioridades e aspirações que os unem, participar ativamente do debate global sobre como dar um novo impulso aos ODMs, bem assim como estudar e projetar estratégias para enfrentar os principais problemas emergentes que surgem no campo do desenvolvimento africano. A Agenda de desenvolvimento pós-2015 também deve reafirmar os princípios da Declaração do Rio, incluindo os princípios **de responsabilidades comuns, mas diferenciadas**, o direito ao desenvolvimento e equidade e o **princípio da responsabilidade mútua e da responsabilidade compartilhada**. Ela -Agenda 2030- também deve abrir um espaço político para a adoção de políticas e programas adaptados aos contextos nacionais do continente e fornecer apoio adequado para a implementação de *l'Agence du Nouveau partenariat pour le développement de l'Afrique* (NEPAD)<sup>85</sup>. A visão africana de cariz globalizante está amplamente ilustrada no seguinte trecho, documentemos

«A prioridade é uma **transformação estrutural** em vista dum **desenvolvimento inclusivo** e centrado no ser humano. Estamos convencidos de que requer a abertura de espaços políticos adequados e o fortalecimento das capacidades produtivas, em particular através do desenvolvimento de infraestrutura, desenvolvimento, **transferência e inovação no campo da ciência e tecnologia**, a criação de valor, o desenvolvimento de jovens e **empoderamento de**

---

<sup>84</sup> Ibid.

<sup>85</sup> Union Africaine, **Position Commune Africaine sur le Programme de Développement pour l'après-2015**.em [www.africa-union.org](http://www.africa-union.org) acesso 7 de novembro de 2020, p. 2.

**mulheres.** isso requer a busca de soluções para desafios colocados pelas **mudanças climáticas**, desertificação, degradação do solo, seca, **perda de biodiversidade** e gestão sustentável dos recursos naturais»<sup>86</sup> (tradução nossa)

A persistência da diplomacia ambiental africana manteve -se firme na medida que condicionou já durante o processo negocial da Agenda de Desenvolvimento pós-2015 a importância de haver uma vontade política e o envolvimento da comunidade internacional para uma agenda de desenvolvimento universal focada na erradicação da pobreza e exclusão, bem como a busca de um desenvolvimento sustentável e inclusivo<sup>87</sup>. Dito isso, como ficou o texto da Agenda 2030, será que satisfaz as demandas dos africanos e dos latino-americanos? A priori e olhando à Agenda pós 2015, evidencia-se referências claras a todos os países em desenvolvimento e em especial ao continente africano por diferentes razões histórico coloniais e neocoloniais. Nesse documento. África foi referida 14 vezes o que simboliza o peso do continente africano e o interesse que a comunidade internacional reserve a África e também ao papel notável da sua diplomacia ambiental em impor sua agenda através posições únicas e comuns.

Quais as premissas da Agenda 2030? O primeiro aspecto que transparece e já no título da Agenda é a dimensão quase messiânica de querer transformar o nosso mundo. -*Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*- Adiante, a Agenda recupera a história global fazendo um chamamento para todo planeta ao relembrar no paragrafo 49, de como há setenta anos, uma geração de líderes mundiais se reuniu para criar as Nações Unidas. Uma tarefa heroica vista que a partir «das cinzas de guerra e da cizânia eles formaram esta organização e os valores de paz, diálogo e cooperação

---

<sup>86</sup> Ibid, p. 2.

<sup>87</sup> Ibid, p. 4. Há que sublinhar que além do documento CAP, houve outros documentos que forçaram as legítimas demandas africanas. Estamos a referir principalmente ao UN. **Addis Ababa Action Agenda of the Third International Conference on Financing for Development.** Outcome of the conference, 2015c. Disponível em: [http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/69/313](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/69/313); bem como à obra da UNESCO, **Futurs africains Vers une émergence durable ?**, Paris, France, 2015. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000243004>. Acesso 8 de novembro 2020.

internacional que a fundamentam. A concretização suprema desses valores é a Carta das Nações Unidas»<sup>88</sup>. Por conseguinte a decisão de criar a Agenda 2030 tem um significado histórico e como tal legitima a ambição de construir um futuro melhor para todas as pessoas, incluindo as milhões às quais foi negada a chance de levar uma vida decente, digna. Nós podemos ser a primeira geração a obter êxito em acabar com a pobreza; assim como também podemos ser a última com chance de salvar o planeta. O mundo será um lugar melhor em 2030 se alcançarmos os nossos objetivos<sup>89</sup>.

“Nós, os povos” [...] É uma Agenda do povo, pelo povo e para o povo [...] não deixar ninguém para trás.”<sup>90</sup>

Esta evidente o compromisso, nas simbólicas frases que carregam um espírito de resiliência da ONU em prol da paz. Ora justamente esses são as razões de ser, do novo quadro de desenvolvimento global. São 17 objetivos de desenvolvimento sustentável repartidos em 169 metas nas áreas de economia, social e proteção ambiental. No qual a erradicação da pobreza extrema aparece como missão primordial.

O caráter universal da Agenda oferece a possibilidade de se engajar em um novo tipo de parceria para enfrentar os desafios globais. A África pode usá-lo em particular para estabelecer parcerias cobrindo todos os objetivos para que sejam implementados. Ao contrário dos ODM, a Agenda 2030 se aplica a todos os países, ricos ou pobres, desenvolvidos ou em desenvolvimento. Os temas apresentados, nomeadamente a humanidade, o planeta, a prosperidade, a paz e as parcerias, estão todos ligados ao desenvolvimento sustentável. No preâmbulo: pode se ler:

---

<sup>88</sup> UN, **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**. Resolution adopted by the General Assembly. 2015b. p. 12. Disponível em: <[http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E)>. Acesso em: 8 nov. 2020 (tradução nossa)

<sup>89</sup> Ibid

<sup>90</sup> Ibid, p. 12, paragrafo 52, p. 1, a frase “nós os povos”, é a mesma que inicia a carta das Nações Unidas e também tem uma curiosidade que prende com discurso de vitória de Joe Biden em que cita as duas frases We the people, Nós o povo bem como a frase “não deixar ninguém atrás”. Mera coincidência, mas não deixa de ser curiosa.

“Estamos decididos a libertar a raça humana da tirania da pobreza e da privação e a sanar e proteger o nosso planeta”<sup>91</sup> (tradução nossa)

A seguir acrescenta:

“Estamos determinados a tomar medidas ousadas e transformadoras que se necessitam urgentemente para pôr o mundo em um caminho sustentável e robusto. Ao embarcarmos nessa jornada coletiva, comprometemo-nos a não deixar ninguém para trás”<sup>92</sup>. (tradução nossa)

O caráter universalista e messiânico da Agenda 2030 se mantém ao longo do documento com pretensão de ser um “plano de ação para a humanidade, o planeta e a prosperidade”. Insiste no fortalecimento da “paz em todo o mundo no quadro de uma maior liberdade” e aspira à eliminação da pobreza em todas as suas formas e dimensões<sup>93</sup>.

O capítulo intitulado “Meios de implementação” enfoca as três questões inter-relacionadas de finanças, tecnologia e capacitação. Ele especifica a ligação entre a agenda de desenvolvimento pós-2015 e a Agenda de Ação de Addis Abeba de 27 de Julho 2015, que apoia, complementa e situa as metas e meios de implementação da Agenda de Desenvolvimento sustentável até 2030. Os meios de implementação da Agenda 2030 constituem um objetivo de pleno direito, ao qual se agregam mecanismos especialmente concebidos para cada objetivo. Também repete o parágrafo corajoso 123 do Programa de Ação de Adis Abeba sobre o estabelecimento de um mecanismo (o tabu!) de transferência de tecnologia. O mesmo documento apela à organização de um fórum mundial sobre infraestruturas com vista, nomeadamente, a colmatar as lacunas deste sector em África, uma das prioridades de desenvolvimento deste continente<sup>94</sup>.

---

<sup>91</sup> UN, **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**. Resolution adopted by the General Assembly. 25 de setembro 2015, p.1. Disponível em: <[http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E)>. Acesso em: 7 nov 2020.

<sup>92</sup> UN, **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**. Resolution adopted by the General Assembly. 25 de setembro 2015, p. 1. Disponível em: <[http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E)>. Acesso em: 7 nov 2020.

<sup>93</sup> Ibid.

<sup>94</sup> UN. **Addis Ababa Action Agenda of the Third International Conference on**

Pergunta-se como África conseguiu criar seu espaço na mesa cerrada de negociações internacionais? A resposta reside no progresso dos quadros africanos e uma diplomacia ambiental altamente pragmática, persistente e competente. Mas não só!

O talento da diplomacia africana evidencia-se na própria *Posição Comum africana na agenda de desenvolvimento pós-2015*, precisamente no capítulo 107 citaremos:

“Batalharemos por um processo de negociação aberto, transparente e inclusivo, que garante a igualdade das nações e de suas opiniões. Temos o **compromisso de comunicar** com **uma só voz** para que a mensagem da África seja ouvida e totalmente integrada na agenda de desenvolvimento global”<sup>95</sup>. (Tradução nossa)

Defender sua posição na Agenda 2030 -com outro relatório, a CAP- não impediu África a elaborar sua própria Agenda para 2063, fazendo que a própria Agenda 2030 reconhecer e apoiar a iniciativa Africana, *Agenda 2063: The Africa We Want*<sup>96</sup>. Quais as novidades da Agenda 2063 em relação a Agenda 2030?

Em primeiro lugar, *África que queremos* traz algo emocional na medida que o ano 2013 coincide com 50º aniversário da formação da Organização da Unidade Africana (OUA), os estados membros da União Africana (UA) assinaram a Declaração Solene do 50º Aniversário, que lançou as bases para o desenvolvimento da *Agenda 2063: A África que Queremos*, que diverge e converge com a Agenda 2030, em vários pontos.

Exemplificamos: a Agenda 2063 e seu programa decenal de implementação tem 7 aspirações, 20 objetivos, 13 Projetos *Fast-Track*, 39 áreas prioritárias, 255 metas 63 indicadores. A Agenda 2030 Global tem 17 ODS, 169 metas, 232 indicadores. O desenvolvimento

---

**Financing for Development.** Outcome of the conference, 27 de Julho 2015. Disponível em: [http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/69/313](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/69/313). Acessado 8 de novembro 2020

<sup>95</sup> Union Africaine, **Position Commune Africaine sur le Programme de Développement pour l'après-2015**. em [www.africa-union.org](http://www.africa-union.org) acesso 7 de novembro de 2020, cap. 107.

<sup>96</sup> African Union Commission, **Agenda 2063: The Africa we Want**, Ethiopia, 2015. Disponível em: [https://au.int/sites/default/files/documents/36204-doc-agenda2063\\_popular\\_version\\_en.pdf](https://au.int/sites/default/files/documents/36204-doc-agenda2063_popular_version_en.pdf). Acessado 9 de novembro 2020.

socioeconômico inclusivo, sociedades pacíficas, instituições responsáveis e ambientais, sustentabilidade, são fundamentais para ambas as agendas.

A Agenda 2063 tem um maior foco na democracia, identidade cultural e na integração continental, enquanto a Agenda 2030 dá maior ênfase às questões e desigualdades relacionadas às mudanças climáticas.

Todavia as linhas mestras da Agenda 2063 estão resumidas nas 7 aspirações<sup>97</sup> para África que queremos:

1. Uma África próspera, baseada no crescimento inclusivo e desenvolvimento sustentável.
2. Um continente integrado, politicamente unido com base nos ideais do Pan-africanismo e na visão de Renascimento da África.
3. Uma África de boa Governança, Democracia, Respeito pelos Direitos Humanos, Justiça e o Estado de Direito.
4. Uma África Pacífica e Segura.
5. Uma África com uma forte identidade cultural, património, valores, ética comum.
6. Uma África cujo desenvolvimento seja orientado para as pessoas, confiando no potencial dos povos africanos, especialmente no potencial da mulher, da juventude e onde a criança tem tratamento digno.
7. Uma África como um actor e um parceiro forte, unido e influente na arena mundial

Não é difícil averiguar a ambição e autoconfiança dos líderes africanos na África e sobretudo recuperar os ideais do pan-africanismo e um desejo forte dum renascer africano. Um renascer que se traduzira em um África unida e influente na arena internacional. Na senda destas reflexões, a Agenda 2063 não é nada mais do que um resgate da narrativa e a marca milenar africana única capaz de enxergar as prioridades continentais assim como a forma de reposicionar África no mundo<sup>98</sup>.

---

<sup>97</sup> African Union Commission, **Agenda 2063: The Africa we Want**, Ethiopia, 2015, cap.8. Disponível em: [https://au.int/sites/default/files/documents/36204-doc-agenda2063\\_popular\\_version\\_en.pdf](https://au.int/sites/default/files/documents/36204-doc-agenda2063_popular_version_en.pdf). Acessado 9 de novembro 2020. (tradução nossa)

<sup>98</sup> African Union Commission, **Agenda 2063: The Africa we Want**, Ethiopia, 2015,

Ao olhar à caminhada africana nas últimas três décadas, vislumbra-se um longo caminho percorrido com determinação e coragem e no qual a diplomacia africana em geral e a diplomacia ambiental em especial desempenhou um papel notável. O timbre é África, um continente, uma só voz!

De facto, uma das características notáveis da metamorfose da África em um ator importante no cenário internacional é o sucesso da África em falar a uma só voz em debates sobre questões globais. Neste contexto de mudanças, está trabalhando para forjar relações mutuamente benéficas com outras regiões e continentes. A este respeito, a União Africana está a examinar a natureza das parcerias do passado e do presente para as tornar mais racionais e aumentar os seus efeitos positivos. Como parte de suas ações de transformação e integração, a UA garante: fortalecer pontos de vista comuns sobre parcerias e falar a uma só voz sobre questões de interesse global. As ações da UA de promover as posições comuns em prol do continente e sua população esta nitidamente afirmada no artigo 3 da Acta Constituinte da União Africana: documentemos:

«promover e defender posições africanas comuns sobre questões de interesse para o continente e seus povos»<sup>99</sup>

Esta vontade é reafirmada na Agenda 2063, que destaca a necessidade de África falar a uma só voz e dar mais peso à ação coletiva nas negociações globais, apoiando-se em: uma soberania compartilhada, integração e a elaboração de posições africanas comuns. Na Agenda 2063, o Continente Africano compromete-se a continuar a falar com uma só voz e a agir coletivamente para promover posições e interesses comuns perante a comunidade internacional. Citaremos:

«60. África assumirá o seu legítimo lugar nos sistemas políticos, de segurança, económicos e sociais de governação a nível mundial, em prol da concretização do Renascimento e estabelecimento de uma África como um continente de liderança. Comprometemos a prosseguir com o combate contra todas as formas de exploração,

---

p. 24. Disponível em: [https://au.int/sites/default/files/documents/36204-doc-agenda2063\\_popular\\_version\\_en.pdf](https://au.int/sites/default/files/documents/36204-doc-agenda2063_popular_version_en.pdf). Acessado 9 de novembro 2020.

<sup>99</sup> Union Africaine, **Acte Constitutif de l'Union Africaine**, artigo 3., alinha d.

racismo e discriminação, xenofobia e intolerâncias relacionadas a nível mundial; contribuir para o avanço da cooperação internacional que promove e defende os interesses de África que sejam mutuamente benéficos e alinhados com a **nossa visão pan-africanista; continuar a falar com uma única voz e agir coletivamente** com vista a promover os nossos interesses e posições comuns na arena internacional»<sup>100</sup>.

Com a adoção de posições comuns, a África confirma o papel de liderança que pretende desempenhar no movimento global através das organizações das Nações Unidas e outras instituições multinacionais, a fim de fornecer soluções multilaterais para as preocupações mais urgente da humanidade, a saber: segurança humana e paz; a eliminação da pobreza; fome assim como doenças. Nessas incontáveis reuniões a África fala unilateralmente com base no mandato conferido pela Assembleia dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, conforme estipulado no Acto Constitutivo da União. As decisões nesta área são implementadas pelo Conselho Executivo e pelas suas comissões ministeriais com o apoio dos mecanismos criados para o efeito<sup>101</sup>.

**FIGURA 3** – Número de relatórios nacionais voluntários entregue à ONU, PNUD



<sup>100</sup> African Union Commission, **Agenda 2063: The Africa we Want**, Ethiopia, 2015, cap. 60. Disponível em: [https://au.int/sites/default/files/documents/36204-doc-agenda2063\\_popular\\_version\\_en.pdf](https://au.int/sites/default/files/documents/36204-doc-agenda2063_popular_version_en.pdf). Acessado 9 de novembro 2020. (tradução nossa).

<sup>101</sup> Ibid, cap. 71, alinha. P .

A própria formulação de posições comuns (são dezenas de posições comuns) é objeto de um processo inclusivo e frequentemente envolve consultas à sociedade civil e outras partes interessadas. Para além disso a África também está fazendo campanha por uma voz comum através de estruturas multilaterais, como o Grupo dos 77 e China<sup>102</sup>, outras estruturas e alianças como o Movimento países não alinhados<sup>103</sup> e da Aliança dos Pequenos Países Insulares (AOSIS sigla inglesa), que geralmente defendem posições compartilhadas com o continente Africano em questões ou assuntos específicos. Em jeito de conclusão deve dizer que o mérito nessas vitórias jurídicas diplomáticas de África, reserva-se ao seu capital humano. Negociadores e embaixadores, bem como altos funcionários africanos nas agências das Nações Unidas, forneceram apoio significativo ao continente no desenvolvimento desta nova Agenda Global de Desenvolvimento Sustentável para 2030 e 2063.

Para terminar há que relembrar o nosso contexto global deste ano 2020, em que o mundo foi assolado por uma pandemia nunca dantes vista. Milhares de mortes, famílias destroçadas e uma economia parecida com tempos de guerra. Obviamente que deixou e impactou todas as agendas mundiais e especialmente a de 2030 bem como de 2063. Como? Expliquemos:

De facto, os indicadores relativamente a Agenda 2030, não são animadoras. Segundo uma análise publicada pela Comissão Económica para América Latina e el Caribe (CEPAL), a secretaria executiva da organização Alicia Bárcena, destacou que os países da América Latina e do Caribe envidaram grandes esforços durante a atual crise. O esforço fiscal atingiu em média 4,5% do PIB regional, acompanhado de garantias de crédito estaduais de até 10% do PIB. Mas ela alertou que isso não é suficiente e há limitações. Além disso, os pagamentos de juros estão aumentando, assim como as necessidades de gastos<sup>104</sup>.

---

<sup>102</sup> Sobre o grupo de 77 e a China veja-se <http://www.g77.org/doc/>

<sup>103</sup> Sobre movimento países não alinhados veja-se [http://csstc.org/v\\_ket1.asp?info=22&mn=2](http://csstc.org/v_ket1.asp?info=22&mn=2)

<sup>104</sup> Bárcena Alicia, “Cumplimiento de Agenda 2030 en el mundo post COVID-19 exige un nuevo pacto global y regional: CEPAL”, **CEPAL**, 25 de setembro 2020, disponível <https://www.cepal.org/pt-br/node/52295>, acesso 11 de Novembro 2020.

Citaremos:

“Todas as medidas para enfrentar o COVID-19 devem vincular o curto (emergência) ao médio/longo prazo. Ambos devem estar articulados para mudar o modelo de desenvolvimento rumo à transformação produtiva, com sustentabilidade e equidade”<sup>105</sup>, frisou.

Alicia Bárcena lembrou que a CEPAL apresentou propostas concretas para conectar a emergência com a recuperação e a década de ação tais como estender a renda básica de emergência por 6 meses a toda a população pobre, extensão de prazos e períodos de carência em empréstimos; Investir 1% do PIB em uma cesta básica digital para garantir a inclusão digital universal; Políticas fiscais e monetárias expansivas que sustentam um período mais longo de gastos, criar um fundo de resiliência e implementar planos de recuperação com geração de empregos, com base na **ação climática, sustentabilidade ambiental, soluções baseadas na natureza** e infraestrutura básica em áreas rurais e urbanas<sup>106</sup>. Mais adiante a autora destacou que o mundo pós-pandêmico de COVID-19 exige um **novo pacto global e regional** para **cumprir a Agenda 2030**. A humanidade deve fornecer bens públicos globais como saúde, paz, estabilidade financeira e segurança climática<sup>107</sup>, declarou a Secretária Executiva da CEPAL. “Precisamos de políticas industriais que nos permitam fortalecer as capacidades produtivas e gerar novos setores estratégicos, bem como avançar para uma maior integração produtiva, comercial e tecnológica com as redes de pesquisa tecnológica”, acrescentou.

Para concluir Alicia Bárcena apontou a necessidade de ir em busca de um novo regime de proteção social universal com renda básica, que gere certezas para os cidadãos, e rumo a uma governança internacional inclusiva e sustentável com base na Agenda 2030<sup>108</sup>.

---

<sup>105</sup> Ibid.

<sup>106</sup> Ibid.

<sup>107</sup> Ibid.

<sup>108</sup> Bárcena Alicia, “Cumplimiento de Agenda 2030 en el mundo post COVID-19 exige un nuevo pacto global y regional: CEPAL”, **CEPAL**, 25 de setembro 2020, disponível <https://www.cepal.org/pt-br/node/52295>, acesso 11 de Novembro 2020.

## CONCLUSÃO

Em Jeito de conclusão, deve dizer-se que se os objetivos deste artigo eram indagar o posicionamento de dois blocos regionais - altamente relevantes pelos recursos que possuem- a saber África e América Latina, perante a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, podemos afirmar que não há dúvida que a Agenda e seus objetivos e metas representam um momento ímpar da Sociedade internacional e na vontade coletiva em buscar um consenso relativamente ao que preocupa e desafia os seres humanos e a Mãe Terra. Ainda que muitas críticas podem ser apontadas, o triângulo: cidadãos, economia e meio ambiente além dos outros compromissos aparentemente utópicos, de mudar o mundo, de alcançar a paz universal, uma parceria justa e global, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade e não deixar ninguém para trás, além de fortes compromissos com regiões como África e insulares, tudo isso revela a dimensão da cooperação diplomática de achar caminhos convergentes e esperançosos.

O artigo demonstrou e analisou como tanto América Latina como África são ambos visados diretamente pela Agenda 2030 assim como seus 17 ODS e daí o papel desses países em participar ativamente para que o documento final seja o mais inclusivo e horizontal possível. Se dum lado América Latina é pioneira em acolher as grandes cimeiras da terra e de desenvolvimento, de ser vanguarda em constitucionalizar os direitos da Mãe Terra e natureza, a África até pouco vista como um *player* inativo e passivo na arena internacional, com a Agenda 2030 a África se mostrou uma cara nova, dum continente cuja diplomacia em geral e a ambiental em particular foi capaz de se preparar de forma ingeniosa e hábil para as rodadas das negociações que levam anos antes de ser aprovados e depois ratificados. Nesse sentido a CAP (posição comum africana para o programa de desenvolvimento pós 2015) revelou o êxito da diplomacia africana em agir de uma só voz apresentando uma posição comum em relação ao programa de DS durante a fase negocial.

Ora, o fato da Agenda 2030 referir África várias vezes e de acolher as demandas africanas demonstre maturidade e um progresso na capacidade de África de influenciar as regras do jogo. Mais, África não se contentou apenas em defender seus interesses durante as

negociações, mas sim ela foi mais longe, apresentando um programa genuinamente africano chamado Agenda 2063 com objetivos e metas próprias e que levam em consideração, a história, a identidade e anseios do continente africano. Objetivos esses que são enraizados no Pan-africanismo e na Renascença Africana e constituem um quadro robusto para a resolução das injustiças passadas e a concretização do Século 21 como o Século da África.

Desse modo a Agenda 2030 e os ODS oferecem um quadro de referência em torno do qual se articulam as políticas de desenvolvimento e cooperação regional e internacional. A Agenda visa também colocar o avanço exponencial do conhecimento a serviço de um novo estilo de desenvolvimento que inclui novos padrões de produção e consumo alinhados com políticas sociais que reconhecem o papel da igualdade como fator de promoção de competências e inovação, bem como fator estabilidade nos regimes democráticos, além de ser um dos eixos éticos fundamentais do desenvolvimento.

Ao mesmo tempo, a Agenda 2030 obriga a repensar a cooperação internacional para o desenvolvimento e questiona o unilateralismo, o populismo, o retorno dos nacionalismos e as políticas de fechamento das economias e o protecionismo, para um novo multilateralismo que fortalece a paz mundial e a democracia e corrige as assimetrias entre o Norte e o Sul. O enfraquecimento da cooperação na governança internacional e as tensões vividas hoje (China e EUA) e a tendência ao unilateralismo caminham na direção oposta à qual requer um desenvolvimento sustentável.

Por fim, o brilho da Agenda 2030 e 2063 no caso de África não deve cobrir as feridas africanas crônicas em que as guerras estão aumentando no Sudão, no Congo, no Mali, na Somália, em Moçambique e na Líbia cuja responsabilidade directa externa faz nos repensar vários objetivos de desenvolvimento sustentável.

## REFERÊNCIAS

- AFRICAN Union Commission, **Agenda 2063: The Africa we Want**, Ethiopia, 2015. Disponível em: [https://au.int/sites/default/files/documents/36204-doc-agenda2063\\_popular\\_version\\_en.pdf](https://au.int/sites/default/files/documents/36204-doc-agenda2063_popular_version_en.pdf). Acessado 9 de novembro 2020.
- ARENS, Richard. **The Genocide in Paraguay**, Philadelphia, 1976.

BÁRCENA, Alicia, “Cumplimiento de Agenda 2030 en el mundo post COVID-19 exige un nuevo pacto global y regional: CEPAL”, **CEPAL**, 25 de setembro 2020, disponível <https://www.cepal.org/pt-br/node/52295>, acesso 11 de Novembro 2020.

BÁRCENA Alicia, “A Agenda 2030 e a América Latina e o Caribe: Urgência em ponto crítico”, **CEPAL**, 19 de Julho de 2019, disponível em <https://www.cepal.org/pt-br/articulos/2019-agenda-2030-america-latina-o-caribe-urgencia-ponto-critico>, acesso 2 de Novembro 2020.

CRUTZEN, P. J. e E. F. Stoermer, “The Anthropocene”, **Global Change Newsletter**, vol. 41 (2000).

COMISIÓN Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), **Informe anual sobre el progreso y los desafíos regionales de la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible en América Latina y el Caribe** (LC/L.4268(FDS.1/3)/Rev.1), UN, Santiago, 2017 e 2018.

COMISIÓN Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), **Informe de avance cuatrienal sobre el progreso y los desafíos regionales de la Agenda 2030 para el Desarrollo Sostenible en América Latina y el Caribe** (LC/FDS.3/3/Rev.1), UN, Santiago, 2019, p. 62. <http://www.agenda2030.org.br/ods/1/>.

GOLDSMITH, Eduard e Hildyard, N. **The social and environmental effects of large Dams**, Cornwall, 1984.

GONÇALVES, Carlos W. Porto. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**, Rio de Janeiro, 2006.

HARDIN, Garrette. “The Tragedy of the Commons”, in **The House We Live In**, ed. S.D. Blanford e John Rodenbeck, New York, 1971.

HARDIN, Garrette. “Lifeboat Ethics” in **World Hunger and Moral Obligation**, New Jersey, 1977.

HARDIN, Garrett. **Promethean Ethics: Living with Death, Competition, and Triage**, University of Washington Press, Seattle, Washington, and London, UK, 1980.

HIRSCHMAN, A, **A propensity to self-subversion**, Cambridge, Harvard University Press, 1995,

KEOHANE, R., S. Macedo e A. Moravcsik “Democracy-enhancing multilateralism”, **International Organization**, 2009, vol. 63, Nº 1. Veja-se <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-10-23/pelo-menos-545-criancas-imigrantes-retidas-por-trump-ainda-estao-perdidas-dos-seus-pais.html> acesso 27 outubro 2020.

LACEY, Hugh, **Is Science Value Free? Values and Scientific Understanding**, ed. Publisher: Routledge, London, 1999.

MAXIMO, Lucas Moura. “A Agenda 2030 de desenvolvimento da ONU: os desafios e potencialidades dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para o continente africano”, **Revista Perspectiva**, v.8, n.15 (2015), pp.9-29, in <https://seer.ufrgs.br/RevistaPerspectiva/article/view/71244/40443>.

MOSCOVICI, Serge. **Natureza. Para pensar a ecologia**, Rio de Janeiro, 2007.

NADIR, M.; SIQUEIRA TYBUSCH, J.; ARAUJO, L. E. “A diplomacia ambiental no sul global: um olhar sobre África e América Latina”. **Revista Justiça do Direito**, v. 34, n. 1, p. 314-363, 30 abr. 2020.

NAM, **Non-Aligned Movement** in <http://csstc.org/AboutNAMCS/NAM%20CSSTC%20Historical%20Background.pdf> PADDOCK, Paul and William. **Famine-1975! America's decision: Who Will Survive?** Boston, 1967.

PROGRAMA das Nações Unidas para o Desenvolvimento, **Relatório Anual 2016: Caminhando Para o Futuro que Queremos**, PNUD-Brasil, 2017, p. 19.

ROMA, Júlio César. Os objetivos de desenvolvimento do milênio e sua transição para os objetivos de desenvolvimento sustentável. **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 71, n. 1, p. 33-39, Jan. 2019. Available from [http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252019000100011&lng=en&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252019000100011&lng=en&nrm=iso). access on 19 Oct. 2020. <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602019000100011> .

SANTOS, G. dos. Laymert., “Quando o conhecimento tecnocientífico se torna predação high-tech: recursos genéticos e conhecimento tradicional no Brasil” in Boaventura S. Santos, **semear outras soluções. Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais**, Rio de Janeiro, 2005, pp. 127-140.

UN, Report of the World Commission on Environment and Development: **Our Common Future** <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>

UN, Harmony with Nature Report of the Secretary-General, **A/67/317**, 17 August 2012, p.6 e segs, in <https://undocs.org/A/67/317> .

UN, Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em <https://bit.ly/2CgNH9A>, consultado em 20 de outubro de 2020

United Nations, **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**. Resolution adopted by the General Assembly on

25 September 2015, 70/1, p. 1 in [https://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E). acesso 20 de outubro 2020

UN, **transformando Nosso Mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em <https://bit.ly/2CgNH9A>, acesso 20 de outubro de 2020

UN. **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**, Resolution 71/1 adopted by the General Assembly on 25 September 2015. Disponível em [https://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E](https://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E). Acesso: em 22 out. 2020

UN. **The future we want. Outcome of the conference. 2012**. Disponível em [http://www.rio20.gov.br/documentos/documentos-da-conferencia/o-futuro--que-queremos/at\\_download/the-future-we-want.pdf](http://www.rio20.gov.br/documentos/documentos-da-conferencia/o-futuro--que-queremos/at_download/the-future-we-want.pdf). Acesso em 6 de novembro de 2020.

Union Africaine, **Position Commune Africaine sur le Programme de Développement pour l'après-2015**. em [www.africa-union.org](http://www.africa-union.org) acesso 7 de novembro de 2020.

UN, **THE GROUP of 77**, <https://www.g77.org/doc/>.

UN. **Addis Ababa Action Agenda of the Third International Conference on Financing for Development**. Outcome of the conference, 2015c. Disponível em: [http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/69/313](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/69/313);

UNESCO, **Futurs africains Vers une émergence durable ?**, Paris, France, 2015. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000243004>. Acesso 8 de novembro 2020.

UN, **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**. Resolution adopted by the General Assembly. 2015b. p. 12. Disponível em: [http://www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E). Acesso em: 8 nov. 2020 (tradução nossa)

UNION Africaine, **Acte Constitutif de l'Union Africaine**, artigo 3., alínea d.

VISVANATHAN, Shiv: **A Carnival for Science: Essays on Science, Technology and Development**, ed. Oxford University Press, 1997.

VISVANATHAN, Shiv. **Science, Hegemony and Violence: A Requiem for Modernity**, Oxford, 1991.

